

Cl. Edgar Solano



atos

do conselho geral

ano LXVI - outubro-dezembro, 1985

n. 315

**órgão oficial
de animação
e de comunicação
para a
congregação salesiana**

**ROMA
DIREÇÃO GERAL
OBRAS DE DOM BOSCO**

atos

do conselho geral
da sociedade salesiana
de São João Bosco

ÓRGÃO OFICIAL DE ANIMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO PARA A CONGREGAÇÃO SALESIANA

n. 315

ano LXVI

outubro-dezembro de 1985

1. CARTA DO REITOR-MOR

1.1 Pe. Egdio VIGANÓ

**A nossa fidelidade ao Sucessor de
Pedro 3**

2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES

2.1 Pe. Caetano SCRIVO

O Diretório Inspetorial 25

2.2 Pe. Luc VAN LOOY

**Algumas prioridades do empenho
missionário salesiano 32**

2.3 Pe. Sérgio CUEVAS

O Boletim Salesiano 37

3. DISPOSIÇÕES E NORMAS

Não há neste número

4. ATIVIDADES DO CONSELHO GERAL

4.1 Crônica do Reitor-Mor 45

4.2 Crônica do Conselho Geral 45

5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

5.1 Decreto sobre a heroicidade das
virtudes do Servo de Deus Pio IX
Carta do Reitor-Mor ao Papa ... 48

5.2 Novos inspetores 50

5.3 Bispos Salesianos 51

5.4 Sessenta anos de Sacerdócio do
Pe. Luís Ricceri 51

5.5 Solidariedade fraterna 53

5.6 Irmãos falecidos 54

1. CARTA DO REITOR-MOR

A NOSSA FIDELIDADE AO SUCESSOR DE PEDRO

Um convite oportuno. — Dom Bosco teve um “sentido de Igreja” muito concreto. — Novo estilo no exercício do ministério de Pedro. — Uma situação de mal-estar. — Algumas reflexões sobre a *Lumen Gentium*. — A nossa atitude de fidelidade torna-se “tarefa”. — A Auxiliadora e o Papa.

Roma — Memória de S. Gregório Magno —

3 de setembro de 1985

Queridos irmãos,

estou a escrever-lhes no regresso de uma visita às nossas comunidades do Chile, Bolívia e Peru. Nessas Inspetorias, animadas por promissora fecundidade vocacional, tive a alegria de entregar aos irmãos o texto reelaborado das Constituições e Regulamentos Gerais. O evento foi acolhido como um gesto excepcional e memorável. As comunidades viveram um momento de profunda sintonia com o coração de Dom Bosco Fundador, cujas palpitações evangélicas foram novamente ouvidas no seu “testamento vivo” aprovado pela Sé Apostólica.

Apraz-me lembrar a todos o propósito feito nessa ocasião de uma adequada preparação para as celebrações de 1988: concentrar nos próximos três anos as iniciativas de estudo, aprofundamento pessoal, assimilação comunitária e testemunho operativo do Livro da nossa Regra de vida. A Congregação toda deve sentir-se convidada a viver uma espécie de “segundo noviciado”, para relançar, com atualidade profética, o espírito apostólico do nosso Pai. A cem anos de sua morte, queremos que esse espírito viva florido nos seus filhos!

Como se sabe, as Constituições renovadas foram aprovadas pela Sé Apostólica em 25 de novembro de 1984, solenidade de Cristo Rei. Esse dado liga mais estreitamente a nossa profissão religiosa ao ministério de Pedro, dá autoridade eclesial ao projeto de vida que professamos e comprova a genuidade do carisma que levamos ao Povo de Deus.

Nessa ótica, pareceu-me oportuno atender ao pedido feito por muitos irmãos (de várias Inspetorias) de apresentar uma reflexão sobre a nossa “consciência eclesial”, que “expressimos — como dizem as Constituições — na fidelidade filial ao sucessor de Pedro e ao seu magistério”.¹

O comportamento de “devoção” para com o Papa, teologicamente fundado, que Dom Bosco nos deixou como preciosa herança, é um elemento constitutivo do nosso espírito. Queremos renovar a consciência disso.

Invoco a especial intercessão do Papa Gregório Magno, em cuja memória litúrgica comecei a redação desta carta. Esse grande Pontífice, anteriormente renomado político da Urbe e depois monge fervoroso e exemplar, que levou muitas virtudes “romanas” para o exercício do supremo ministério eclesial, nos ajude a aprofundar e apreciar a função fundamental do Papado na Igreja de Cristo. É um serviço qualificado, posto por Cristo no coração da história, para iluminar, exortar, encaminhar, estimular, confirmar e para reatualizar continuamente a mensagem libertadora do seu Evangelho.

Dom Bosco teve um “sentido de Igreja” muito concreto

A consciência eclesial do nosso Fundador concretizava-se pedagogicamente em alguns comportamentos de fé, fortes e práticos. Expressava-os com simplicidade em três grandes atitudes que foram chamadas “devoções”: a *Jesus Cristo* Salvador e Redentor, presente na ação central da Igreja, a Eucaristia; a *Maria*, Modelo e Mãe da Igreja, contemplada na história como Auxiliadora; e ao *Papa*, Sucessor de Pedro, posto como chefe do Colégio episcopal para o serviço pastoral de toda a Igreja.

Trata-se de três aspectos inseparáveis, que mutuamente se iluminam, convergem na pessoa de Cristo, Senhor da história.

1. Const 13

Nem a dimensão mariana nem o ministério petrino podem ser objeto isolado de uma devoção independente. Se aqui tratamos especificamente da nossa adesão ao Papa, fazemo-lo por necessidade de método; mas é evidente que não o consideramos um tema isolado. Cada irmão é convidado a meditá-lo na globalidade do mistério cristológico e eclesial.

O beato Pe. Luís Orione, formado no mesmo sentido de Igreja do nosso Fundador, queria para o seu Instituto “um quarto voto” de total adesão e obediência ao Papa. O que ele, pelas dificuldades do tempo, não conseguiu, realizaram-no seus filhos num recente Capítulo Geral, dando assim ao Instituto Orionista mais fiel identidade carismática.

Nós salesianos não temos um quarto voto de obediência ao Papa, mas vivemos o espírito dele. O artigo 125 das Constituições declara explicitamente: “A Sociedade Salesiana tem como supremo superior o Sumo Pontífice, a cuja autoridade os sócios estão filialmente submissos também em força do voto de obediência, disponíveis para o bem da Igreja universal. Acolhem com docilidade seu magistério e ajudam os fiéis, especialmente o jovens, a aceitar-lhe os ensinamentos”.

Os conteúdos de outro artigo das Constituições, o 13, ajudam a ler em profundidade o 125, mediante o elemento vivificante do “espírito” que nos anima.

Vale a pena sublinhar o emprego em ambos os artigos do qualificativo “filial” e, além disso, a insistência sobre a “disponibilidade” e sobre a “docilidade” que devem distinguir a nossa ação apostólica, sobretudo entre os jovens. Isso tudo exige coragem e dedicação: “Toda fadiga é pouca — segundo Dom Bosco — quando se trata da Igreja e do Papado”.²

Os dois artigos, 13 e 125, podem ser considerados a expressão sintética de toda a rica tradição salesiana, à qual aqui só podemos aludir. O Pe. Pedro Ricaldone recolheu suas expressões mais significativas na conhecida circular intitulada “Conhecer, amar, defender o Papa”.³

Encontramos nela abundante material, que nos leva, também hoje, a perceber facilmente no coração de Dom Bosco um extraordinário e corajoso empenho de fidelidade ao ministério de

2. cf. Const 13

3. ACS, 24 de maio de 1951, n. 164

Pedro. Disso estava convencido nosso Pai, que expressava de forma explícita sua convicção. Não aceitava a fórmula “Pio IX sim, o Papa não”, nem lhe agradaria a outra (hoje em voga): “o Papa-do sim, não, porém, este Papa”. A primeira era astutamente política; a segunda, ambigualmente descomprometida.

O sucessor de Pedro ao qual Dom Bosco aderira era o Papa “vivo” (“este” Papa), que guia e ensina aqui e agora, na presente conjuntura histórica, o Povo de Deus; estava convencido de que se referem a ele, ao Papa vivo, as palavras de Cristo no Evangelho e a indefectível assistência do Espírito Santo. As duas formas a que aludimos não exprimem a verdadeira fé cristã; antes, encobrem-lhe as exigências, favorecendo interpretações subjetivas.

Na sua praticidade pedagógica, Dom Bosco é bem claro ao testemunhar a dimensão eclesial da sua fé e ao educar nela os jovens. É impossível correr o perigo de não perceber seu pensamento de fundo. Também quando algumas expressões suas se acham ligadas a uma mentalidade da época, porque redigidas num gênero literário já incomum, percebe-se com facilidade e clareza a consciência eclesial que lhe permeia o coração.

Por isso, na laboriosa e escrupulosa reelaboração do texto constitucional dos últimos anos, não houve titubeios para afirmar a nossa “filial fidelidade” ao Papa⁴ e a correspondente “docilidade” ao seu magistério.⁵ Pode-se, pois, concluir, sem sombra de dúvida, que o amor e a adesão ao ministério petrino são componentes irrenunciáveis do patrimônio espiritual que o Fundador nos deixou em herança.

Na mencionada circular do Pe. Ricaldone, encontram-se numerosos dados para justificar os múltiplos qualificativos empregados para descrever o amor de Dom Bosco ao Papa: “sobrenatural, zeloso e conquistador, filial e devoto, obediente e submisso, sacrificado e heróico. Foi, além disso, seu estrênuo defensor”.⁶ Não são afirmações pleonásticas; correspondem a diversos aspectos de sólido testemunho, vivido ao longo de muitos anos.

Pensem em quanto Dom Bosco escreveu, por exemplo, sobre a história dos Papas; em quanto fez para a proclamação da infalibilidade, por ocasião do Concílio Vaticano I; no gesto heróico de obediência a Leão XIII, na dolorosa pendência com Dom

4. Const 13

5. Const 125

6. o.c. passim

Gastaldi; em quanto enfrentou nos seus últimos anos de saúde precária para realizar o desejo do Papa de levar a termo o templo do Sagrado Coração no Castro Pretório, em Roma. Esse último e pesado compromisso de sua vida merece um breve comentário. O Pe. Cerruti, que acompanhou Dom Bosco de perto nesse ato heróico de deferência para com o Papa, atestou com juramento nos processos: “Estou intimamente convencido de que as canseiras e os sofrimentos (nas longas viagens para esmolar) abreviaram-lhe a vida, já decadente e consumida pelo trabalho”.⁷

Dom Bosco, sem dúvida alguma, quis deixar aos seus filhos a viva herança de uma “devoção” concreta e teologal ao sucessor de Pedro.

No “Resumo” da apresentação feita pelo próprio Dom Bosco, em 23 de fevereiro de 1874, à Sé Apostólica sobre a vida e a identidade da Pia Sociedade de S. Francisco de Sales, ele próprio assim se expressa: “Finalidade fundamental da Congregação, desde o seu início, foi constantemente *sustentar e defender a autoridade do Chefe supremo da Igreja na classe menos abastada da sociedade e particularmente da juventude periclitante*”.⁸

Na primeira tradução italiana do texto constitucional, aprovado havia pouco pela Santa Sé,⁹ no artigo 1 do capítulo VI (sem embargo da delicada situação política daqueles anos) escreve: “Os sócios reconhecerão como árbitro e supremo superior absoluto o Sumo Pontífice, ao qual estarão, em todas as coisas, em todos os lugares e em todos os tempos, humilde e respeitosamente submissos. Antes, cada membro terá a maior solicitude em defender sua autoridade e em promover a observância das leis da Igreja Católica e do seu Chefe supremo, que é Legislador e Vigário de Jesus Cristo na terra”.¹⁰

Trata-se, queridos irmãos, de uma atitude e de um comportamento espirituais apropriados à missão específica da Congregação. Um movimento apostólico de amplitude universal como o nosso, dedicado por carisma à pastoral juvenil, tem necessidade, por íntima coerência, de se colocar na linha da própria natureza do dinamismo apostólico da Igreja. Fazer pastoral, com efeito, é

7. o.c. pag. 69

8. Opere Edite, Ristampa anastatica, vol. XXV, pag./380/: Num. XV, Riassunto della Pia società di S. Francesco di Sales nel 23 febbraio 1974, pag. 44

9. Torino 1875

10. cf “Costituzioni della Società di S. Francesco di Sales” — 1858, 1875 — Testi critici a cura di Francesco Motto, pag. 113

empenhar-se numa ação evangelizadora guiada pelos Pastores em “comunhão hierárquica” com o Papa, chefe do Colégio episcopal.¹¹

Novo estilo no exercício do ministério de Pedro

Desde os tempos de Dom Bosco até hoje, o exercício do serviço papal entrou num processo prático e progressivo de evolução de idéias, que exige revisão, esclarecimento e também renovação.¹² A consciência desse processo deve entrar também a fazer parte do nosso amor e adesão ao Papa. Se alguém permanecesse esquivo ou titubeante diante dessa afirmação, basta, para convencer-se, confrontar, por exemplo, o exercício do ministério papal de um grande Pontífice anterior ao Vaticano II, como Pio XII, com a modalidade atual seguida por João Paulo II.

Do século passado aos nossos anos de 80, o exercício do Primado houve de enfrentar desafios não somente das profundas transformações sócio-políticas e eclesiais, mas também das novas exigências de amadurecimento doutrinal e de perspectiva pastoral, que o apresentam hoje com novidades que provocaram sérias pesquisas e também tensões. Tentemos rememorar, sinteticamente, alguns elementos mais significativos.

- O fim do Estado Pontifício, com as complexas lutas que o precederam e com os delicados problemas que se lhe seguiram por longos decênios, condicionou por certo as modalidades do exercício da função papal.

- A sucessiva purificação e progressiva simplificação em favor de maior impulso pastoral acresceram a incisividade e a genuinidade do ministério de Pedro, intensificando-lhe o serviço profético, particularmente no âmbito do ensinamento social.

- O suceder-se de Papas contemporâneos, que se distinguiram por alta qualificação e santidade, esclareceu e aperfeiçoou a imagem do serviço papal diante da crescente racionalidade laicista, e robusteceu-lhe a dimensão de universalidade.

- O extraordinário evento do Concílio Ecumênico Vaticano II renovou profundamente toda a eclesiologia no seu aspecto substancial de “mistério” e na sua atipicidade constitutiva, animada pela presença indefectível do Espírito do Senhor. Desde então se

11. cf *Lumen Gentium* 22

12. cf, p.e., J.M.R. Tillard, “L’*évêque de Rome*”, Cerf, Paris, 1984

constata contínua renovação da Igreja, também no exercício dos ministérios e nos carismas.

- A proclamação simultânea do Primado papal e da Colegialidade episcopal, feita pelo Concílio, trouxe não indiferentes novidades, com a possibilidade de ulteriores desenvolvimentos, no exercício do ministério de Pedro. Foi o que se pôde ver, por exemplo, na iniciativa de Paulo VI de criar o Sínodo dos Bispos.

- A visão vaticana da “Igreja universal” como comunhão de Igrejas particulares exclui a caricatura de considerar toda a Igreja de maneira simplista como a “diocese do Papa”: o poder dos Bispos, diz a *Lumen Gentium*, “não é diminuído pelo poder supremo e universal, antes, pelo contrário, é por ele assegurado, consolidado e defendido”.¹³

Segue-se de aí que o exercício do ministério papal deve ser um verdadeiro “serviço da comunhão”, confirmando e orientando a colegialidade e harmonizando as intervenções do poder primordial com as justas exigências da subsidiariedade.

- Uma eclesiologia de comunhão reconhece e respeita as legítimas diversidades que enriquecem a edificação da Igreja universal. Por isso o Papado, fundamento visível da unidade e da catolicidade da Igreja, empenha-se em promover uma comunhão multiforme, evitando os insidiosos perigos da uniformidade.

- O Vaticano II, além do mais, criou novo e vasto contexto ecumênico que, entre as suas exigências, enumera justamente o confronto e o diálogo sobre o delicado tema do ministério de Pedro. Isso estimula a aprofundar e formular mais compreensivelmente sua doutrina.¹⁴ É verdade que o Concílio afirma inequivocamente que o Primado do Papa pertence constitutivamente ao mistério da Igreja de Cristo na sua estrutura histórica, mas a formulação dessa verdade pode ser sucetível de esclarecimento: “Como a terminologia do Concílio de Efeso — escreve um competente estudioso — foi profundamente mudada pelo de Calcedônia, com o fito de dizer a *mesma coisa de maneira mais clara*, assim pode-se logicamente pensar que a realidade que os dois últimos Concílios exprimiram com sua particular terminologia (acerca do Primado do Papa) possa ser formulada também com outros termos mais compreensíveis”.¹⁵

13. *Lumen Gentium* 27

14. cf. p.e., AA.VV., “Papato e istanze ecumeniche”, EDB, Bologna, 1984

15. Urs von Balthasar, “Il complesso antiromano”, *Queriniana*, 1974, pag. 221

• Enfim, a abertura conciliar às religiões não-cristãs e ao número ingente de não-crentes está a exigir do papel do Papa uma modalidade inédita de serviço, que vemos iniciada quer na ampliação e reforma dos dicastérios vaticanos, quer nas promissoras viagens apostólicas dos últimos Pontífices,¹⁶ como ainda em corajosas iniciativas pastorais e culturais com os representantes dos povos ou mediante algumas formas de mediação no campo da justiça e da paz.

O conjunto de todas essas “novidades”, em que não faltam tensões, está a incidir no exercício do ministério de Pedro, não para pôr em dúvida ou diminuir de forma redutiva sua realidade querida por Cristo, mas para adequar-lhe o funcionamento à progressiva transformação sócio-eclesial.

A enumeração dessas motivações para uma mudança de estilo deve ajudar-nos a reinterpretar com diligente fidelidade o testamento espiritual que Dom Bosco nos deixou. A consciência do atual processo de renovação do exercício do ministério petrino é condição indispensável do nosso renovado sentido de Igreja.

Com Dom Bosco e com os tempos! A nossa adesão filial ao Papa deve hoje sentir-se radicada numa Tradição viva, que se alimenta nas fontes cristalinas da fé, mas progride em profunda sintonia com o crescimento da consciência da Igreja no tempo.¹⁷

Uma situação de mal-estar

O fascínio das mencionadas novidades, o recrudesimento de algumas tensões que de aí nasceram, certa racionalidade pseudo-científica, antigos e novos preconceitos quereriam apresentar como sinal de personalidade ou amadurecimento a atitude de habitual distanciamento crítico ou prescindência na prática, da guia do magistério do Papa. Se alguém demonstrar adesão sincera será facilmente acoimado de retrógrado.

Não se trata aqui somente do “complexo anti-romano” já analisado no conhecido volume de Urs von Balthasar, mas também de crescente animosidade para com “este” Papa de hoje.

Parece haver-se tornado moda acolher fáceis interpretações malévolas em relação à pessoa do atual Papa. Enfraquecem-se-lhe

16. Por um exemplo de reflexão sobre a viagem de João Paulo II a Turim. Cf. ACS, 1980, n. 297

17. cf. Dei Verbum 8

as intervenções magisteriais, demonstra-se simpatia por posições ideológicas por ele censuradas, admitem-se afirmações gratuitas de ter ele uma mentalidade cultural superada e frenadora; alguns, ainda, sobrevalorizam tanto a pesquisa hermenêutica (de per si, aliás, importante e enriquecedora) que prescindem, afinal de contas, de qualquer mediação magisterial; esquecem que “o ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida — como afirma a Constituição Dei Verbum — foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo”.¹⁸

Os que consideram a interpretação “histórica” das fontes da revelação como uma superação científica de sua interpretação “dogmática”, descuidam a natureza da fé cristã. Consideram a visão dogmática como uma espécie de etapa pré-científica a ser, após sua pesquisa, colocada entre parêntesis, como se fora um conhecimento já arcaico. Desta sorte não consideram que a mesma revelação é, para falar com propriedade, a verdadeira “fonte” do que é objeto da fé; e que a fé é fundamentalmente um ato cumprido com toda a Igreja, no âmbito da sua tradição viva acompanhada pelo serviço do magistério.

“A fé — com efeito — não é somente um face à face com Deus e o Cristo, é também um contato que abre a comunhão com aqueles a quem o próprio Deus se comunicou. A fé, pois, não é apenas um ‘eu’ e um ‘tu’, mas também um ‘nós’. Neste ‘nós’ vive o memorial que nos fez reencontrar quanto havemos esquecido: Deus e o seu Enviado. Para usar outras palavras, não há fé sem Igreja. Henri De Lubac demonstrou que o ‘eu’ da profissão de fé cristã não é o ‘eu’ isolado do indivíduo, mas o ‘eu’ coletivo da Igreja.”¹⁹

Não é atitude de fé prescindir da presença viva do Espírito Santo, que assiste indefectivelmente o ministério de Pedro, como ainda “democratizar” de tal forma Sua ação dentro do Povo de Deus que se venha a praticamente a tornar supérflua a função do Papa.

O dano causado no povo, sobretudo nos jovens, por aqueles (agentes de pastoral ou professores) que contradizem, subestimam ou ironizam a direção pastoral do atual sucessor de Pedro,

18. Dei Verbum 10

19. J. Ratzinger, “Trasmissione della fede e fonti della fede”, Collana “Euntes docete”, Piemme, Bologna, 1985, pag. 20

é pastoralmente grave. Tal comportamento desorienta e afasta a pouco e pouco, psicologicamente, das verdades de fé e da reta conduta pessoas ainda bem dispostas mas doutrinalmente pobres, agregando-as a uma onda invasora de secularismo. Sob a ação de tais impulsos, uma cultura até ontem impregnada de Evangelho parece sofrer hoje um processo de esvaziamento procedente do interior: em seu vértice encontramos o “ateísmo”, depois uma “reinterpretação demitizadora” de Cristo, mais embaixo uma “popularização” da Igreja, depois uma “reapropriação” da Palavra de Deus, e, por fim, um repensamento radical dos “ministérios”, não mais à luz do mistério cristológico com o Primado do Papa, mas, de preferência, em termos psicológico-sociológicos.

Não sem razão se fala de “pós-cristianismo”, ou seja de uma mentalidade que se preocuparia somente da racionalidade que acompanha o progresso científico, sem necessidade de uma Revelação histórica. É um sentimento nem sempre explícito nem de igual intensidade de convicção, nem sempre expresso no mesmo nível, mas sua influência invade os grandes meios de comunicação social e se estende insensivelmente, qual mancha de óleo, também por alguns setores dos crentes e talvez mesmo entre nós.

Sinal dessa influência é justamente um comportamento de indiferença, de pretensiosa ironia ou de antipatia para com o papel do Papa como centro unificador da comunhão eclesial e primeiro guia pastoral de toda a missão do Povo de Deus.

Não se trata de negar eventuais defeitos inerentes ao exercício humano de qualquer ministério. A maneira de exercer seu ofício por parte de um Papa e também algum seu particular projeto não se devem necessariamente considerar objeto de infalibilidade. “Todo possível programa — escreve na já citada obra von Balthasar — permanece limitado ao interior das contingências terrenas e — confrontado com a universalidade do Reino de Cristo — discutível, quer se trate do programa de Leão I ou de Gregório I, de Hildebrando e Inocêncio III, ou dos últimos Papas do Estado da Igreja.”²⁰

Mas uma coisa é procurar fazer uma avaliação histórica de um pontificado do passado (à luz de suficiente perspectiva) e outra dissentir ou prescindir da orientação pastoral do Papa que estiver no cargo concorrendo para enfraquecer-lhe entre o povo o carisma de direção eclesial. Assistimos hoje a desastrosas con-

20. o.c. pag. 56

seqüências dessas formas de crítica ou de discordância, sobretudo no âmbito da moral, onde se nota ser mais forte a diferença entre mentalidade secularista (uma “nova ética”) e o Magistério do Papa. Vemos a opinião pública afastar-se cada vez mais dos próprios fundamentos da moral cristã, a ponto de considerar como critério ético não o Evangelho, mas as estatísticas, a legalidade civil ou algumas modas aceitas pela sociedade. Há uma subversão de valores, habilmente difusa, que torna assaz difícil o ministério de Pedro e dos pastores, apresentando-o como alheio aos que são considerados os atuais progressos da “razão” e ao grandioso futuro da “história da liberdade”.

Numa hora em que se põe em discussão o próprio valor da função papal, não seria comportamento pastoralmente feliz nem expressão de genuíno sentido de Igreja nem demonstração de compreensão objetiva da fé, descomprometer-se de uma posição de “fidelidade filial”, de adesão convicta e atualizada e de corajosa defeza da pessoa e do ministério do Sucessor de Pedro.

Hoje, numa conjuntura tão problemática para a pastoral, Dom Bosco não se colocaria de certo do lado dos desempenhados, nem dos críticos em moda, mas proclamaria com franqueza sua opção de fidelidade.

Algumas reflexões sobre a *Lumen Gentium*

A vinte anos do Vaticano II, vale a pena voltar a refletir sobre as afirmações conciliares acerca do ministério de Pedro. Representam o sentimento vivo da Igreja hoje. Não pretendemos entrar nos debates sobre o tema complexo dos ministérios no Povo de Deus. Algumas publicações de discutível hermenêutica a respeito do assunto foram objeto de desaprovação oficial.²¹

A nós nos interessa uma releitura espiritual que transcenda qualquer suspeita de racionalismo e ultrapasse o apriorismo anti-sacramental que exclui qualquer mediação vinda do alto. Convidando-os, queridos irmãos, a reler atentamente (também em comunidade) o capítulo terceiro da Constituição dogmática sobre a Igreja. Haverá de brotar uma reflexão útil e iluminadora, que talvez poderá ajudar alguém a redescobrir o verdadeiro sentido do Vaticano II.

21. cf. p.e., E. Schillebeeckx, “Il ministero nella Chiesa”, 2.^a ediz., Queriniana, Brescia, 1982

Como acima lembrávamos, o ministério petrino na Igreja pertence à sua própria constituição “sacramental”. No grande “Sacramento de salvação” que é o “Corpo de Cristo” na história, Jesus colocou, como expressão sensível do seu papel insubstituível de Chefe, o Colégio apostólico, no qual Pedro é constituído “princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade da fé e da comunhão”.²² O crente deve, pois, saber olhar para a figura do Papa a partir dessa ótica “sacramental” da globalidade da Igreja.

Numa visão eclesial de “mistério” (que inclui a presença divina em realidades humanas), podemos considerar no ministério petrino, segundo a *Lumen Gentium*, três elementos complementares: sua instituição por parte de Jesus Cristo, o realismo sacramental da Colegialidade dos Bispos como realidade inseparável do Primado, e a assistência permanente do Espírito Santo.

- Antes de mais, interessa vitalmente à consciência do crente o fato que *Jesus tenha projetado, querido e preparado pessoalmente o ministério de Pedro*, como rocha da sua Igreja por todos os séculos.

Tal afirmação atingiu sua formulação fundamentalmente precisa nos dois últimos Concílios Vaticanos: “Este Sacrossanto Sínodo — diz a *Lumen Gentium* —, seguindo os passos do Concílio Vaticano I, com ele ensina e declara que Jesus Cristo, Pastor Eterno, fundou a santa Igreja” e consagrou os Apóstolos e seus sucessores os Bispos, estabelecendo como Chefe deles a Pedro e seus sucessores. “Esta doutrina sobre a instituição, perpetuidade, poder e natureza do sacro Primado do Romano Pontífice e sobre seu infalível Magistério, o Sagrado Sínodo novamente a propõe para ser criada firmemente por todos os fiéis.”²³

Todo o capítulo terceiro da Constituição descreve de maneira pormenorizada a estrutura hierárquica querida por Cristo e animada pelo seu Espírito; é de modo particular significativo quanto se afirma sobre a Colegialidade episcopal e o Primado do Papa.²⁴

Hoje um católico, como escreve von Balthasar, “pode mover-se como quiser, mas já não pode voltar a antes do Vaticano I, que foi solenemente reafirmado pelo Vaticano II (LG 22). Como após todas as definições, não há senão o caminho da integração numa totalidade maior, mais vasta. E essa totalidade é a indefec-

22. *Lumen Gentium* 18

23. *Lumen Gentium* 18

24. cf especialmente *Lumen Gentium* 22, 25, 27

tibilidade de Igreja crente, da qual o ministério petrino é um aspecto particular. Pode-se dizer que o Vaticano I fechou neste ponto uma porta de maneira tão hábil que ninguém jamais a poderá abrir sem derrubar a parede toda, todo o complexo católico. Comportar-se como se essa porta pudesse ser aberta por divertimento é uma mentira”.²⁵

- Em segundo lugar, o *realismo sacramental da Colegialidade episcopal como realidade inseparável do Primado* leva o crente a considerar que a verdadeira “sacramentalidade” da Igreja se exprime em fim de contas numa existência humana bem determinada; uma realidade que se toca e constata, situada no tempo e no espaço, aqui e agora, em relação a pessoas concretas e a papéis definidos. O Vaticano II ajudou-nos a conceber essa “sacramentalidade” como a meta objetiva da eficácia dos sete sacramentos. Os sacramentos são mediações que levam a construir o verdadeiro e único grande Sacramento que é a Igreja enquanto “Corpo de Cristo” no mundo. O Batismo, a Crisma e a Eucaristia fazem de mim, na minha concreteza humana, um membro vivo desse Corpo de Cristo. A dimensão sacramental definitiva somos nós, enquanto sinais e portadores do mistério de Cristo!

Ora bem, o sacramento da Ordem (que na sua plenitude consagra os Bispos) encorpora a um Colégio de Pastores historicamente definido, isto é, envolve os consagrados numa realidade pré-existente, que tem uma natureza peculiar de “comunhão hierárquica” (uma “Ordem”), na qual existe objetivamente e desde sempre, por disposição de Jesus Cristo, o Primado de Pedro: “O Santo Sínodo ensina que pela sagração episcopal se confere a plenitude do Sacramento da Ordem, que, tanto pelo costume litúrgico da Igreja como pela voz dos Santos Padres, é chamada o sumo sacerdócio, o ápice do ministério sagrado. Mas a sagração episcopal, juntamente com o múnus de santificar, confere também os de ensinar e de reger. Estes, todavia, por sua natureza só podem ser exercidos em hierárquica comunhão com o Chefe e os demais membros do Colégio”.²⁶

Eis aí por que não é possível conceber uma autêntica colegialidade episcopal sem o Primado do Papa; nem uma Igreja particular desligada da universal; nem uma federação de Igrejas locais diferentes e autônomas, em vez de uma comunhão de Igrejas originais mas reunidas numa unidade. Mais: o Colégio apostólico

25. o.c. pag. 124

26. Lumen Gentium 21

e o Corpo episcopal (com os consagrados para os ministérios subordinados do Presbiterato e do Diaconato) são, no Corpo de Cristo que é a Igreja, os sinais e os portadores da função especial de Cristo enquanto “Pastor eterno”, Cabeça viva daquele Corpo. São, pois, expressão sacramental da sua função “capital” de Pastor; com efeito, “para apascentar e aumentar sempre o Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu na Sua Igreja os ministérios”.²⁷

Mas se o Senhor quis o ministério dos Pastores como corpo colegial, guiado por Pedro, quer dizer que as responsabilidades pastorais implicam sempre uma aspiração de comunhão com o Papa, uma convergência de consciente solidariedade com a sua função de guia, uma sintonia com o seu magistério, que, por outra parte, é expressão dos valores permanentes e vivos da Tradição e do indefectível instinto de fé de toda a Igreja.

• Enfim, a assistência permanente do Espírito Santo faz do ministério do Papa um dom inestimável para o Povo de Deus: o “carisma da direção”. O próprio Cristo envia com explícita determinação o seu Espírito à pessoa de Pedro e dos seus sucessores: “Eu rezei por ti, e tu confirma os teus irmãos”;²⁸ “Simão, filho de João, tu me amas mais do que os outros? Cuida dos meus cordeiros, cuida das minhas ovelhas”.²⁹

O Espírito Santo está presente na história porque enviado pelo Pai e pelo Filho; Pentecostes é a plenitude do mistério de Cristo: “O Espírito Santo, no dia de Pentecostes — diz a Lumen Gentium —, foi enviado a fim de santificar perenemente a Igreja... Leva a Igreja ao conhecimento da verdade total. Unifica-a na comunhão e no ministério. Dota-a e dirige-a mediante os diversos dons hierárquicos e carismáticos. E adorna-a com seus frutos”.³⁰ A iniciativa e a criatividade do Espírito Santo no Povo de Deus são inexauríveis, nunca em contraste mas a favor das mediações instituídas por Cristo; Carismas e Ministérios são projetados juntos pelo Senhor para que cresçam em harmonia ao longo da história: “A comunhão orgânica da Igreja — afirma o *Mutuae Relationes* — não é exclusivamente *espiritual*, isto é, nascida, seja como for, do Espírito Santo, de per si anterior às funções eclesiais e criadora delas, mas é ao mesmo passo *hierárquica*, enquanto derivada, por impulso vital, de Cristo-Cabeça. Os próprios dons, conferidos pelo Espírito, são expressamente queridos por Cristo

27. Lumen Gentium 18

28. Lc 22,32

29. cf Jo 21,15-17

30. Lumen Gentium 4

e por sua própria natureza dirigidos ao conjunto do corpo, a fim de vivificar-lhe as funções e atividades”.³¹

O papel do Papa (juntamente com o dos Bispos) acha-se, pois, ligado a uma assistência objetiva do Espírito do Senhor nas conjunturas concretas do exercício do ministério: “Para desempenhar ofícios tão excelsos, os apóstolos foram enriquecidos por Cristo com especial efusão do Espírito Santo descendo sobre eles. E eles mesmos transmitiriam aos seus colaboradores mediante a imposição das mãos este dom espiritual, que chegou até nós pela sa-gração episcopal”.³² Seria reducionismo da fé não levar isto em consideração.

Devemos reconhecer, no fim destas breves reflexões sobre alguns conteúdos da *Lumen Gentium*, que se sente hoje a urgente necessidade de uma renovada teologia e espiritualidade da presença do Espírito Santo na história: muito lucrará dessa maneira a atitude do crente, justamente em relação ao ministério de Pedro.

A nossa atitude de fidelidade torna-se “tarefa”

Quisemos recordar a importância que tem na nossa vida salesiana “a fidelidade filial ao Sucessor de Pedro”, iluminando-a com algumas reflexões conciliares. Sublinhamos a atual novidade de estilo e tomamos consciência de dificuldades concretas que se advertem a respeito na sociedade secularizada. Tudo isso nos interpela e põe, de alguma maneira, em estado de alerta.

Os dois artigos constitucionais que relemos³³ exprimem a dimensão eclesial do nosso “espírito” e do nosso “carisma”. O artigo 13 fala da adesão ao Papa como elemento vivo do “espírito salesiano”, ou seja do nosso “estilo original de vida e de ação”.³⁴ O espírito de Dom Bosco anima e inspira a nossa atividade concreta. E assim a fidelidade ao Papa não será para nós apenas uma atitude interior, mas deverá tornar-se tarefa apostólica. Com razão termina o artigo 13 dizendo: “Educamos os jovens cristãos a um autêntico sentido de Igreja e trabalhamos assiduamente para que ele cresça”.

O artigo 125, por sua vez, fala da “Sociedade salesiana”, enquanto tal. Considerando a sua atividade apostólica como uma

31. *Mutuae Relationes* 5

32. *Lumen Gentium* 21

33. *Const* 13, 125

34. *Const* 10

participação na missão da Igreja, afirma que o nosso voto de obediência nos liga explicitamente à autoridade suprema do Papa e, por isso, “acolhemos com docilidade” o seu magistério. Também aqui, pela própria natureza da vocação salesiana, a obediência e docilidade não se reduzem unicamente à vida interna das comunidades, mas se prolongam e transformam em tarefa apostólica. Com efeito, também este artigo termina dizendo: os sócios “ajudam os fiéis, especialmente os jovens, a aceitar os ensinamentos” do magistério papal.

Por conseguinte, a nossa “devoção” ao Papa torna-se “tarefa”; convida-nos a verdadeiro empenho apostólico neste campo.

Como? Se olharmos para Dom Bosco, sentir-nos-emos estimulados e seremos orientados na realização dessa tarefa. Com sua mentalidade realista, ele a realizou como pastor e educador com os escritos, com o testemunho de vida, com a comunicação social, com a atividade educativa, com muitos empenhos apostólicos, com variadas intervenções, que também ultrapassavam os interesses imediatos da Congregação.

Permito-me aqui sugerir alguns aspectos práticos, nos quais as comunidades locais e as inspetorias deveriam sentir-se convidadas a programar iniciativas concretas a respeito.

Para melhor ressaltar tais sugestões, ponho em primeira linha a urgência de saber formular uma concreta e estimulante *espiritualidade juvenil*, um projeto evangélico que atraia os jovens, capaz de animar todas as nossas presenças e pôr em ação também um “movimento salesiano” inspirado nas opções pedagógico-pastorais de Dom Bosco.

Trata-se de lançar e fazer amar valores que exprimem a vitalidade da mensagem de Cristo hoje: ideais verdadeiros, comportamentos exigentes, metas práticas, sobre o estilo evangélico da carta de João Paulo II aos jovens, para demolir o crescente perigo do “homem sem vocação”.

Não falta, talvez, em não poucas das nossas presenças o sopro místico na convocação e na proposta juvenil? Se falo de “mística”, não é para convidá-los a promover iniciativas intimistas ou excêntricas, mas a uma corajosa convicção da força do Evangelho, acompanhada de um testemunho contagioso, fruto de contemplação, perseverança, entusiasmo e espírito de sacrifício.

A nossa vocação de “missionário dos jovens” deveria intensificar no coração de todos uma verdadeira energia de vida, uma

forte comunicação de fé, uma iluminada franqueza na contestação do aburguesamento, do permissivismo, do secularismo.

O irmão ou a comunidade carentes dessa “mística” não sabem jamais criar um verdadeiro “movimento” de atualidade.

Por felicidade, há que agradecer ao Senhor que o desenvolvimento, entre nós, da experiência associativa já amadureceu conclusões positivas a respeito (como se pode ver no último subsídio oferecido pelo Dicastério para a Pastoral Juvenil: “A Proposta Associativa Salesiana — Síntese de uma experiência em caminho” Doc. n. 9).

Entre os componentes de uma espiritualidade juvenil salesiana está precisamente um forte “sentido de Igreja”, com atitudes apropriadas a serem criadas, desenvolvidas e traduzidas em experiência viva. Lugar privilegiado ocupa certamente, no projeto e na práxis de Dom Bosco, o empenho na adesão ao Papa, fundado sobre o conhecimento, sobre o amor e sobre a acolhida a seu ministério de Sucessor de Pedro.

Bem cuidado, esse componente dará à espiritualidade juvenil experiência concreta de Igreja, orientações claras para a vida, riqueza de atualidade e renovados motivos propulsores de ação.

Mas a transmissão de um projeto espiritual aos jovens só pode ser fruto de intensa vida, pessoal e comunitária no Espírito.

De aí a necessidade de enriquecer-nos constantemente na atualização e desenvolvimento do característico sentido de Igreja do nosso Fundador. Uma tarefa fundamental para todos nós.

Para tal fim, vou apresentar alguns pontos que considero estratégicos e que, lamentavelmente, vejo, aqui e ali, um tanto transcurados.

- O primeiro de todos é o conceito de Igreja como “Mistério”, assim como no-lo apresentou o Vaticano II: “A sociedade provida de órgãos hierárquicos e o corpo místico de Cristo, a assembléia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes, não devem ser consideradas duas coisas, mas formam uma só realidade complexa em que se funde o elemento divino e o humano. É por isso, mediante uma não medíocre analogia, comparada ao mistério do Verbo encarnado”.³⁵

35. Lumen Gentium 8

Uma eclesiologia verdadeiramente conciliar, que faz ressaltar a natureza sacramental da Igreja, é a base principal da adesão ao Papa. Sabemos que circulam idéias eclesiológicas que desorientam, as quais, no melhor dos casos, favorecem uma interpretação minimalista do ministério de Pedro.

Ter hoje consciência atenta da presença real do Espírito Santo na Igreja, em sua vida, mediações, ministérios e carismas é condição indispensável de sintonia conciliar.

- Como consequência de uma genuína eclesiologia do Mistério, devemos atualizar a nossa *imagem do Papa como primeiro e supremo Pastor*.

O Vaticano II apresenta a dimensão hierárquica da Igreja não com uma visão sociológica, "monárquica" ou "democrática", mas com uma ótica "sacramental", como realidade de serviço ao Povo de Deus, vivificada pela presença do Espírito Santo e, por isso, considerada e percebida somente numa visão de fé. A figura do Papa é portadora de um poder, que não é poder despótico, mas serviço de verdade e de caridade, com especial participação na autoridade salvadora de Cristo ressuscitado, verdadeira Cabeça viva e atual da Igreja, seu "Pastor eterno".

O Papa não está sozinho; a Igreja universal não é uma diocese; a Colegialidade episcopal, como vimos, não é sociedade anônima, mas inclui, por natureza, o Primado de Pedro.

Sabemos, repito, que a maneira de exercer o ministério primacial atravessa hoje interessante modalidade de renovação. Tal novidade deve intensificar a nossa atenção e o nosso estudo para permanecermos atualizados e competentes num aspecto vital do nosso espírito. São muitos, ao nosso redor, os que julgam a presente evolução apenas como um fenômeno sócio-cultural, prescindindo da sua realidade sacramental de ministério instituído por Cristo. Um motivo a mais, pois, para aprofundar os nossos conhecimentos culturais e eclesiológicos, juntamente com constante reflexão de fé.

- Outro ponto que devemos cuidar é a *inclusão dos conteúdos do magistério do Papa nas nossas atividades de evangelização*. O magistério do Papa exprime-se de diferentes maneiras. Devemos saber acolhê-lo e conservá-lo segundo a mente por ele entendida, a qual se manifesta seja pela matéria tratada, seja pelo teor da expressão verbal, seja pelo tipo de documento, conforme as conhecidas e justas normas de interpretação.

É preciso dar importância às encíclicas, às exortações apostólicas, a certas orientações particularmente significativas, às notas ou instruções doutrinárias produzidas sobretudo pela Congregação para a doutrina da fé, às alocuções e intervenções particularmente significativas. Seguir com atenção o magistério do Papa é um modo de manter-se atualizados sobre os problemas e diretrizes da Igreja e de exercitar a fé em diálogo com os desafios dos tempos, de repensar o Evangelho como mensagem de salvação e não simplesmente como um dado de cultura religiosa.

Há, aqui, vasto campo para empenho urgente e indispensável, numa hora de mudanças, em que aparecem ininterruptamente teorias inéditas, modas desnordeantes, problemas complexos. Cada comunidade deve procurar a maneira de manter-se bem informada e atualizada.

Quem entre nós não vivesse esse esforço contínuo de sintonia não poderia dizer que dá, de fato, testemunho do espírito de Dom Bosco.

- Por fim, na nossa acolhida do magistério do Papa creio se devam sobretudo privilegiar, tendo em vista o caráter pastoral e pedagógico da vocação salesiana, suas *“diretrizes morais”* e seu *“ensinamento social”*: dois setores de extraordinária urgência educativa, o primeiro mais fortemente presente nas sociedades ricas, impregnadas de permissivismo, o segundo mais intensamente sentido no terceiro mundo, sedento de libertação.

Como pastores-educadores, devemos ser competentes no que tange aos critérios cristãos da conduta humana. Ouve-se falar, com preocupação, de “drama da moral”, de guinadas radicais favorecidas pelas disciplinas antropológicas, de novos valores que surgiram numa cultura pós-cristã, de ocaso da ética tradicional.

Não será fácil, por certo, resolver todos os problemas morais da cultura emergente; a adesão ao magistério do Papa sobre a reta conduta do homem servirá de luz doutrinal e de preciosa orientação pastoral.

O amadurecimento do processo de socialização, que supõe a consciência e a participação ativa dos cidadãos na gestão do bem comum, deu extraordinário relevo aos temas da justiça e da paz e à dimensão política da vida dos indivíduos e dos povos. Surgiram, neste campo, ideologias que tendem a hegemonizar a cultura. De aí a atenção e prudência com que se deve acolher a doutrina

social da Igreja, sobretudo a que provém do ministério do Papa. Se quisermos influir evangelicamente sobre as mudanças das estruturas, preparar os jovens para o mundo do trabalho e animar de espírito cristão a gestão política, educando para a solidariedade e a paz entre os povos, temos necessidade de acurado conhecimento e de adequada capacidade para comunicar a doutrina social da Igreja. Parece-me que é essa uma área em que não poucos lamentavelmente manquejamos. Devemos correr com urgência aos reparos, também porque as Constituições nos movem nesse sentido: nós Salesianos “conservando-nos independentes de qualquer ideologia e política partidária, recusamos tudo o que favorece a miséria, a injustiça e a violência, e colaboramos com quantos constroem uma sociedade mais digna do homem”.³⁶

Como vedes, queridos irmãos, se olharmos para a nossa “devoção” ao Papa como “tarefa” apostólica atual, sentimo-nos convidados concretamente a empenhar-nos mais como crentes, como pastores, como educadores. Peço aos Inspetores e aos Diretores que se preocupem constantemente em fazer com que haja em cada casa uma devida atualização em relação ao magistério da Igreja.

A Auxiliadora e o Papa

Ficaria incompleta a exposição de um tema tão expressivo do espírito de Dom Bosco se não lembrássemos o estreito laço que une a figura do Sucessor de Pedro com a de Maria.

Dizia de início que as três peculiares “devoções” salesianas, a Cristo-Eucaristia, à Auxiliadora e ao Papa, são a expressão prática da consciência eclesial do nosso Fundador e constituem três atitudes inseparáveis e complementares de uma fé corajosamente empenhada.

O chamado “sonho” das duas colunas, narrado por Dom Bosco em maio de 1862,³⁷ apresenta, com ótica profética e de forma plástica de evento histórico, a nau da Igreja guiada pelo Papa no mar em tempestade. Ela encontra segurança nos dois ressuscitados, Cristo e Maria, presentes na história como Hóstia de salvação e Imaculada Auxiliadora, representados nas duas sólidas colunas dotadas de âncoras e amarras.

36. Const 33

37. Memorie Biografiche VII, 169-171

Sabemos que precisamente nos anos '60, levado pela intuição das mudanças sociais e pelo vivo sentido de Igreja, o nosso Pai intensificou sua devoção a Maria como "Auxiliadora": "É a própria Igreja Católica que é assaltada — escrevia —. É assaltada nas suas funções, nas suas sagradas instituições, no seu chefe, na sua doutrina, na sua disciplina; é assaltada como Igreja Católica, como centro da verdade, como mestra de todos os fiéis".³⁸

Nesta ótica, Dom Bosco vê Nossa Senhora como Mãe da Igreja, preocupada de modo especial em socorrer e proteger o indispensável ministério do Papa e dos Bispos.

A história documenta suas incontáveis intervenções.

Aqui apenas esboçamos algumas reflexões eclesiais, que iluminam a relação mútua entre Maria e Pedro, no âmbito da Igreja como mistério.³⁹

"Tanto o princípio mariano como o petrino são coextensivos na Igreja" — a Igreja toda é "mariana" e "petrina", ainda que em sentido análogo e complementar.

Maria e Pedro, de maneira diversa, estão inteiramente a serviço do Povo de Deus no dom total de si; unem ambos a altura da consciência de sua missão com a humildade "da imolação" da própria vida.

Maria é mãe para toda a Igreja; Pedro é fundamento para toda a Igreja.

Maria é "imaculada", modelo profético da vida e santidade de toda a Igreja; Pedro é "infalível", pastor profético da profissão de fé e da conduta moral de toda a Igreja.

Maria vive na ressurreição como incansável "auxiliadora" para toda a Igreja; Pedro vive na sucessão apostólica como "guia e animador" para toda a Igreja.

Maria é esposa do Espírito Santo na fecundidade dos carismas para a Igreja; Pedro, assistido pelo Espírito Santo, é juiz da genuinidade e do exercício ordenado dos carismas para a Igreja.

Maria participa da plenitude do mistério pascal, que a torna "rainha" nos séculos para a edificação da Igreja; Pedro participa da autoridade de Cristo-Senhor, com um poder sagrado que o faz

38. cf ACS, 1978, n. 289, pag. 22

39. cf as agudas considerações a respeito de Urs von Balthasar, o.c., pag. 203-225

“ministro” (vigário, servo dos servos de Deus) na história para a edificação da Igreja.

Maria está toda voltada para Cristo para que a Igreja seja o seu Corpo místico; Pedro é sinal e portador da “capitalidade” de Cristo-Pastor para que a Igreja seja o seu grande Sacramento de Salvação.

Maria e Pedro, a Auxiliadora e o Papa, portanto, de ângulos diversos e com funções complementares, estão vitalmente ordenados à Igreja para que nela o mistério de Cristo atinja sua plenitude.

Se Maria (“Mater Ecclesiae”) socorre e ajuda o Papa, o Sucessor de Pedro entrega-se a Maria (“totus tuus”) e testemunha-lhe a real maternidade.

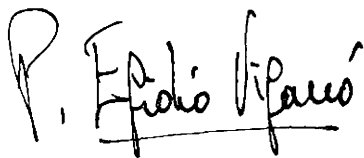
Queridos irmãos, nós, que quisemos levar Nossa Senhora para casa a fim de garantir com sua presença a renovação da Congregação,⁴⁰ e nos entregamos solenemente a Ela no último Capítulo Geral,⁴¹ não esqueçamos nunca que a devoção salesiana a Ela como “Auxiliadora-Mãe da Igreja” importa, por nexo teológico e segundo o espírito do nosso carisma, “filial fidelidade ao Sucessor de Pedro e ao seu magistério” para educar e promover um genuíno e concreto sentido de Igreja “na classe menor abastada da sociedade e particularmente da juventude periclitante”.

Que Dom Bosco nos inspire e encoraje.

A sincera e atualizada “devoção” ao Sucessor de Pedro nos trará entusiasmo na consagração, oportunos projetos pastorais e maior fecundidade vocacional.

Saúdo-vos no Senhor e desejo a todos (em preparação ao '88) constante crescimento no estudo, assimilação e testemunho das Constituições renovadas e dos Regulamentos Gerais.

Vosso aaf.mo em Dom Bosco,



40. cf ACS, 1978, n. 289

41. cf CG22, Doc, n. 126

2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES

2.1 O DIRETÓRIO INSPETORIAL

Pe. Caetano SCRIVO

Vigário do Reitor-Mor

Aproxima-se o tempo da convocação dos Capítulos Inspetoriais, prevista por C 172.

O Reitor-Mor e o Conselho Geral, na sessão plenária de junho-julho deste ano, refletiram sobre este tema, tendo presente que os próximos Capítulos Inspetoriais serão os primeiros a celebrar-se após a promulgação do novo texto constitucional e regulamentar.

Conveio-se primeiramente na oportunidade de chamar a atenção das comunidades inspetoriais sobre a orientação operativa do CG22 acerca do íter pós-capitular: "O próximo Capítulo Inspetorial (ordinário) tenha como tema principal as Constituições e os Regulamentos e os empenhos que deles provêm" (CG22 Documento n. 2).

Para o estudo e preparação desse tema são particularmente úteis, pelos conteúdos doutriniais e pelos objetivos concretos indicados, o discurso do Reitor-Mor no encerramento do Capítulo Geral (CG22 Documento n. 58-92) e sua carta sobre "O texto renovado da nossa Regra de vida" (ACG 312, janeiro-março de 1985).

Constatou-se além disso que, entre as competências confiadas ao Capítulo Inspetorial, exigia exame mais acurado a indicada por C 171.4: "Elaborar e rever o diretório inspetorial no âmbito das competências atribuídas a esse nível".

Ao termo do exame, o Reitor-Mor e o seu Conselho elaboraram alguns esclarecimentos e orientações, que transmito no texto aprovado na reunião do Conselho Geral datado de 19 de julho de 1985, convidando os irmãos, sobretudo os inspetores e seus Conselhos, a atento estudo e aplicação.

1. Natureza do Diretório Inspetorial

Para delinear a natureza do Diretório Inspetorial é mister partir de C 191: “A vida e a ação das comunidades e dos irmãos são regidas pelo direito universal da Igreja e pelo direito próprio da Sociedade. Este último encontra-se expresso nas Constituições, que representam o nosso código fundamental, nos Regulamentos Gerais, nas deliberações do Capítulo Geral, nos Diretórios gerais e inspetoriais e noutras decisões das autoridades competentes”.

Desse artigo emerge com clareza que o direito próprio da Sociedade compreende primariamente o código fundamental ou Constituições, das quais se trata no cân. 587, § 1; subordinadamente todo o conjunto de normas que contém disposições executivas ou aplicativas do código fundamental.

1.2 O Diretório Inspetorial faz parte dessa “normativa” com as seguintes características peculiares:

— contém normas particulares que se apresentam como atuação prática da legislação geral, em matérias especiais atribuídas ao nível inspetorial;

— estabelecer as normas do Diretório Inspetorial é de competência do Capítulo Inspetorial (C 171.4): é uma aplicação dos princípios de subsidiariedade e descentralização;

— as normas estabelecidas pelo Diretório Inspetorial têm força obrigatória somente depois da aprovação do Reitor-Mor e do seu Conselho (C 170), e somente para a Inspetoria interessada.

1.3 Ficando de pé o fato de que o Diretório Inspetorial é um texto por sua natureza normativa, é conveniente que as normas sejam acompanhadas de sóbrias apresentações e de adequadas motivações, que evidenciem os valores dos quais as normas são expressão.

2. Matéria do Diretório Inspetorial

2.1 Há matéria atribuída explicitamente aos Diretórios Inspetoriais pelas Constituições e pelos Regulamentos Gerais (cf a seguir 2.2). Mas o Diretório poderá conter outras normas que o Capítulo Inspetorial julgue oportuno deliberar, no âmbito das competências a ele confiadas por C 171.1 e 171.2.

É óbvio que também as sucessivas modificações do Diretório Inspetorial requerem uma decisão do Capítulo Inspetorial e a aprovação do Reitor-Mor com o seu Conselho.

2.2 Julga-se oportuno apresentar aqui uma lista de pontos e explicitamente atribuídos pelas Constituições e pelos Regulamentos Gerais à competência dos Capítulos Inspetoriais, com algumas observações, que é preciso ter presentes na redação do Diretório Inspetorial:

C 185: “A figura e as tarefas dos responsáveis pelos principais setores de atividades da comunidade serão estabelecidas pelo Capítulo Inspetorial”.

O artigo nada precisa acerca de uma inserção desta matéria no Diretório Inspetorial. Por isso, permanecendo de pé o dever de estabelecer quanto exigiu o artigo constitucional, é faculdade do Capítulo Inspetorial inserir suas decisões a respeito no Diretório Inspetorial ou então apresentá-las como deliberações capitulares ou disposições executivas.

R 58 refere-se à pobreza e atribui aos Capítulos Inspetoriais dar normas que “estabeleçam para as comunidades da inspetoria um nível de vida modesto e de real igualdade, tendo em conta suas situações”. São indicados três casos particulares a serem regulados.

Também aqui não se diz explicitamente que se devam inserir as deliberações no Diretório. Mas como o artigo regulamentar pede aos Capítulos Inspetoriais que dêem “normas”, é evidente que se trata de matéria a ser inserida no Diretório Inspetorial.

No cumprimento de *R 58*, o Capítulo Inspetorial poderá oportunamente ter presente *R 65* acerca da “avaliação da pobreza” a nível inspetorial e local, dando algumas normas sobre a modalidade e frequência da verificação. Neste sentido há uma orientação operativa do CG21 n. 59a: “Para que melhor se cuide e promova uma maior sensibilidade evangélica da pobreza, os Diretórios Inspetoriais estabeleçam uma verificação periódica (*scrutinium paupertatis*) fixando tempos e modos. Nessa verificação as comunidades reflitam também sobre o trabalho como expressão de pobreza salesiana”.

R 72 e 74 dizem respeito à vida de oração. Embora se usem nesses dois artigos expressões diversas — “segundo as modalida-

des estabelecidas pelo Capítulo Inspetorial" (R 74) — do cotejo entre ambos conclui-se que as decisões do Capítulo Inspetorial são matéria do Diretório Inspetorial.

R 87, 88, 106 (cf C 101). Referem-se os três artigos à formação salesiana e falam de um "Diretório Inspetorial da formação", que "aplica às realidades locais os princípios e as normas da formação salesiana" (R 87).

É mister precisar que esse "Diretório da formação" não constitui de per si um Diretório Inspetorial, mas é uma seção do único Diretório Inspetorial.

De quanto foi dito, sobretudo em relação a C 171, se deduz que as normas aplicativas acerca da formação requerem a aprovação do Capítulo Inspetorial que obviamente deverá ter como ponto de referência a "Ratio fundamentalis Institutionis et Studiorum" e eventuais orientações das Conferências Inspetoriais (cf a seguir 3.3).

R 162 "As modalidades da suplência (dos delegados) ao Capítulo Geral serão determinadas pelo Capítulo Inspetorial."

Para cumprir este mandato, o Capítulo Inspetorial, eleitos os delegados, estabelecerá as modalidades da suplência, tendo em conta as circunstâncias e os resultados da eleição dos delegados.

Não parece por isso oportuno que se introduza uma norma sobre isso no Diretório Inspetorial: desta sorte o Capítulo Inspetorial tem liberdade de decidir as modalidades vez por vez, contanto que a decisão se dê antes da eleição dos suplentes.

R 167.4 "Estabelecer normas para o funcionamento do Capítulo Inspetorial de acordo com o direito."

Em se tratando de "normas", é óbvio que elas podem constituir matéria do Diretório Inspetorial, ao menos para os adimplementos fundamentais que se querem determinar com vistas a uma oportuna continuidade. Mas é preciso ter presente que elas devem manter-se no âmbito bem preciso e delimitado do "funcionamento" do Capítulo Inspetorial (modalidade quanto à abertura, estudo da relação do Inspetor (R 167.1), tarefas das comissões, dinâmica das intervenções etc.).

R 190 O artigo refere-se à administração inspetorial e local, e particularmente a alguns setores dela.

Também aqui se trata de normas que são atribuídas ao Capítulo Inspetorial. São, pois, matéria do Diretório Inspetorial.

Para essa tarefa afirma-se explicitamente que o Capítulo Inspetorial pode delegá-la ao Inspetor com o seu Conselho. Não é difícil intuir o motivo pelo qual foi prevista essa delegação. A redação de normas detalhadas na matéria em questão requer tempo e competência técnica. Parece quase inevitável recorrer à delegação, à qual o Capítulo Inspetorial pode acrescentar indicações e condições.

Também no caso da delegação, as normas estabelecidas para ela pelo Inspetor com o seu Conselho entram no Diretório Inspetorial, mas têm valor obrigatório somente depois da aprovação do Reitor-Mor e do seu Conselho.

É oportuno que no cumprimento de quanto prescreve R 190 se tenham presentes R 62 e 178. A ninguém escapa a importância da “conservação das bibliotecas, arquivos e outro material de documentação pelo seu grande valor cultural e comunitário”. Normas adequadas do Diretório Inspetorial serão sem dúvida úteis para preencher lacunas e deficiências cuja gravidade se perceberia ainda mais no futuro.

R 170 “As modalidades da consulta para a nomeação do diretor serão determinadas pelo Inspetor com o consentimento do seu Conselho com base em eventuais indicações do Capítulo Inspetorial.”

Do artigo citado resulta que é faculdade do Capítulo Inspetorial dar ou não indicações sobre modalidades da consulta para a nomeação dos diretores.

Caso o Capítulo Inspetorial opte para dar indicações a respeito, estas poderão entrar no Diretório Inspetorial, com a condição de não prejudicar nem a competência do Inspetor e do seu Conselho de determinar as modalidades, nem o caráter reservado próprio da consulta, que é ato de participação e co-responsabilidade dos irmãos na escolha dos responsáveis de governo (C 123) e não exercício de um direito de eleição.

3. Esclarecimentos sobre três problemas particulares

3.1 Um primeiro esclarecimento concerne ao projeto educativo pastoral.

A uma afirmação constitucional sobre o projeto apostólico entendido em sentido global, a nível inspetorial e local (C 31 e 44), correspondem diversos artigos regulamentares (R 4-10; 184,4) dedicados de modo específico ao projeto educativo inspetorial e local.

De todo o contexto releva-se que o projeto educativo pastoral tem natureza, finalidade e conteúdos distintos do Diretório Inspetorial. Ele tem caráter projetual e programático: conseqüentemente o projeto educativo pastoral é um documento autônomo, que não faz parte do Diretório Inspetorial.

A responsabilidade da elaboração do projeto educativo pastoral da Inspetoria é atribuída à “comunidade inspetorial” (R 4). Isto requer que o Inspetor e o seu Conselho envolvam, segundo o critério de participação e na medida em que o requer o caráter do projeto e a situação concreta, os diversos organismos da Inspetoria, compreendendo, de acordo com C 181.1.2, o Capítulo Inspetorial.

3.2 Um segundo esclarecimento refere-se ao Manual de orações, pedido por R 77.

Ele também não entra no âmbito de um Diretório Inspetorial: não requer normas mas quer ser um manual e um guia prático.

Além do mais, sua preparação é atribuída às Inspetorias ou às Conferências Inspetoriais ou às Regiões. É esta uma confirmação de que não se trata de “normas a nível inspetorial”, deliberadas pelo Capítulo Inspetorial.

3.3 Um terceiro esclarecimento refere-se à relação entre Diretório Inspetorial e orientações das Conferências Inspetoriais e das estruturas regionais.

É mister ter presente C 120: “A nossa Sociedade configura-se em comunidades inspetoriais que, por sua vez, são articuladas em comunidades locais”. Três são, pois, os níveis de governo: mundial, inspetorial e local.

As estruturas regionais e as Conferências Inspetoriais (C 154 e 155; R 135-142) não são, por sua natureza, estruturas de governo mas organismo de união e coordenação: isto resulta particularmente das tarefas confiadas à Conferência Inspetorial (R 142) e pelo parágrafo terceiro de R 139: “As conclusões da Conferência Inspetorial são geralmente orientativas”.

Todavia no parágrafo sucessivo do mesmo artigo R 139 se diz: "Em casos particulares, a Conferência pode emitir decisões vinculatórias, que adquirem valor somente após a aprovação do Reitor-Mor com o consentimento do seu Conselho".

De tais premissas pode-se fundadamente deduzir:

3.3.1 — o nosso direito próprio não prevê e não legitima nem um Diretório regional nem um Diretório nacional (das Conferências Inspetoriais);

3.3.2 — as nossas Constituições e Regulamentos prevêm todavia uma ação de coordenação e orientação a nível regional ou de Conferências Inspetoriais. Antes, para estas últimas está previsto, em casos particulares, a possibilidade de emitir decisões vinculatórias.

3.3.3 — É preciso, pois, que as Conferências Inspetoriais operem no seu âmbito próprio, segundo o espírito da nossa legislação geral. Mas é também dever dos Capítulos Inspetoriais proceder com prudência e sábia visão de conjunto, sobretudo quando a matéria tratada supera, pelos seus reflexos e implicações, o âmbito da Inspetoria e toca interesses nacionais e regionais (R 142).

4. Conclusão

Quanto foi dito anteriormente no n. 2 exige do Capítulo Inspetorial senso da medida na redação do Diretório Inspetorial. A matéria "de obrigação" é já notável: é preciso um critério equilibrado ao avaliar quais outras normas sejam verdadeiramente necessárias ou oportunas, na situação concreta da Inspetoria.

É preciso olhar sempre para o fim: aplicar às realidades locais os princípios e as normas da legislação geral, para tornar mais concreto e eficaz na comunidade inspetorial o compromisso de fidelidade à nossa Regra de vida.

2.2 ALGUMAS PRIORIDADES DO EMPENHO MISSIONÁRIO SALESIANO

Pe. Luc VAN LOOY

Conselheiro Geral para as Missões

O empenho de levar a mensagem de Cristo e a predileção pelos jovens são os elementos que caracterizam a vocação de um missionário salesiano. A exemplo de Dom Bosco, ele se abre às exigências do povo e faz de tudo para compreender-lhe a mentalidade e o coração, sobretudo dos jovens.

Nas visitas que fiz, em várias partes, às nossas Missões, impressionou-me ver em toda a parte presente o espírito salesiano, expresso na facilidade do contato com todos, no espírito de família e no fato de que o missionário se identifica com a cultura do povo, para testemunhar o amor de Cristo e a verdade do Evangelho. Estruturalmente, a Missão se coloca ao lado da Igreja, da escola e do oratório (centro juvenil e popular), mas muitas outras atividades concorrem para o bem do povo.

As dificuldades são, um pouco por toda a parte, do mesmo gênero: pobreza de comunicações e de meios para a educação, uma preocupação constante com o modo de apresentar a mensagem evangélica, a fim de que seja bem compreendida, o esforço para chegar a compreender profunda e plenamente a cultura e a mentalidade. Os missionários confraternizam com o povo, em espírito de pobreza e simplicidade de vida, não perdendo a alegria e o sentido da festa.

Parece-me poder afirmar que nas nossas Missões se evidencia o caráter popular da vocação salesiana. Muitas das nossas obras são centros com atividades que alimentam a esperança de toda uma população.

Isso tudo, evidentemente, requer espírito de iniciativa e criatividade por parte do missionário e da comunidade; exige grande

capacidade de colaboração dentro da própria comunidade e com os grupos locais e também um bom relacionamento com as autoridades locais.

Para responder “com estilo salesiano às urgências dos povos a serem evangelizados” é necessária uma séria e constante reflexão para descobrir as verdadeiras necessidades dos jovens e dos povos e assumi-las com caridade pastoral. A expressão de um missionário, há pouco chegado da Missão, faz pensar: “Não fui à missão para dar aula; para fazer isso, podia ficar em minha pátria!”. Talvez esse irmão não havia ainda refletido sobre as muitas necessidades do povo onde se encontrava e não havia ainda compreendido o que a Missão dele exigia; talvez ainda não se havia dado conta de estar diante de um modo excelente de dedicar-se aos jovens pobres e abandonados.

Refletindo sobre o que dizem as nossas Constituições e sobre a realidade que constatei nas visitas às Missões, desejo sublinhar os dois elementos que devem caracterizar toda missão salesiana: *o empenho pela pastoral juvenil e pela ação pastoral entre as classes populares.*

1. A pastoral juvenil

Dizem as Constituições que o salesiano “encontra os jovens no ponto em que se acha a sua liberdade” (Const. 38). Isso é tanto mais verdadeiro na situação concreta em que é chamado a operar o missionário salesiano. *O ponto de partida é sempre o jovem, encontrado no conjunto das suas necessidades materiais, culturais, relacionais e sociais.*

Os caminhos e obras que se devem privilegiar nas missões para esse encontro com os jovens a fim de conduzi-los a Cristo são as características da nossa ação.

1.1 O oratório — centro juvenil

É um lugar no qual o jovem pode ser ajudado em seu crescimento humano e no seu caminho para Cristo. A flexibilidade da estrutura vai ao encontro de qualquer necessidade dos jovens de todos os níveis, culturas ou religiões.

1.2 Alfabetização e escola

A missão salesiana preocupa-se com a educação fundamental dos jovens. Isso em muitos casos implica a necessidade de empenhar-nos numa atividade de instrução mediante escolas elementares, cursos profissionais, cursos de alfabetização para adultos e também institutos de instrução superior.

1.3 Evangelização e catequese

Uma introdução direta e indireta na pessoa de Cristo, nos princípios fundamentais da fé e nos valores de uma vida segundo o Evangelho, faz parte integral do projeto do oratório e da escola salesiana. É empenho específico do missionário estudar os meios para apresentar essa mensagem de maneira adequada às diferentes situações locais.

1.4 A Construção de comunidades cristãs

O trabalho missionário tende certamente a construir comunidades cristãs. Ora, o contato contínuo com os meninos e os jovens é de grande ajuda para estabelecer relações também com os adultos: abre a porta das famílias e nos coloca no centro da sociedade. O envolvimento dos jovens na nossa obra e o empenho para formar válidos colaboradores leigos são certamente basilares para fazer uma comunidade fundamentalmente cristã.

Em todo esse trabalho, deve-se ressaltar o *equilíbrio* que deve haver *entre educação, evangelização e desenvolvimento*. As diversas atividades podem focalizar principalmente um ou outro elemento: catequese e liturgia; ensino e escola; promoção e urgências materiais. Sempre, porém, os três estão presentes e mutuamente se completam. Educação, evangelização e desenvolvimento, entrelaçados, formam os elementos indispensáveis a qualquer Missão.

2. Ambiente popular e Missão salesiana

O encontro com os jovens ajuda a compreender melhor a cultura e leva a conhecer a fundo a língua e os costumes do povo.

Quero destacar três linhas que devem caracterizar o ambiente popular das nossas Missões.

2.1 Cultura, sociedade, religião

O desejo de levar o Evangelho às pessoas e ao interior das culturas ajuda o missionário salesiano a achar-se à vontade entre os não-cristãos, em ambientes de outras religiões e de diversos sistemas sócio-políticos. Ele sabe colaborar “com quantos constroem uma sociedade mais digna do homem” (Const. 33) e assim “cria as condições para uma livre caminhada de conversão à fé, no respeito dos valores culturais e religiosos próprios do ambiente” (Reg. 22).

2.2 Pobreza de estilo

O missionário “desce ao nível do povo para junto com ele refazer a escada” (Pe. Caviglia, “La concezione missionaria di Don Bosco”, p. 13), para dar prioridade às pessoas e não se perder na complexidade das estruturas. A comunidade missionária deverá ter, ao mesmo tempo, a habilidade de uma presença humilde, dando um passo de cada vez ao ritmo do povo, e a coragem de projetar centros institucionais de educação e evangelização ou de desenvolvimento, quando se impõe ou verifica a necessidade.

2.3 Fidelidade nos limites das situações

O salesiano vai para a Missão decidido a ficar, muitas vezes em condições de desconforto no desenvolvimento do seu apostolado. Em vários países, a situação político-religiosa não permite um trabalho salesiano livre e autêntico. Muitos salesianos vivem em condições de liberdade limitada; mas precisamente tal situação parece ajudá-los a ser testemunhas mais fervorosas da bondade de Dom Bosco. São uma prova de que o sistema de Dom Bosco é eficaz em todos os ambientes e de que Dom Bosco quer salvar a todos a todo o custo.

Para terminar, a fisionomia da Missão salesiana pode-se definir com as palavras “casa, paróquia e escola” (Const. 40) que as Constituições aplicam a toda presença salesiana no mundo. A

Missão é uma realização do carisma de Dom Bosco num ambiente não ainda evangelizado e muitas vezes ainda em via de desenvolvimento. Diria que a Missão é um *modo eminente de vida salesiana*. Exige conhecimento profundo do Evangelho e da espiritualidade salesiana, capacidade de adaptação, aprofundamento da cultura e conhecimento da língua local. O segredo do bom andamento de uma Missão salesiana pode-se sintetizar nas seguintes linhas: a) Trabalho comunitário num projeto comum; b) Espiritualidade evangélico-salesiana; c) Colaboração com a Igreja local e envolvimento dos leigos no nosso trabalho de educação, evangelização e desenvolvimento.

2.3 O BOLETIM SALESIANO

Pe. Sérgio CUEVAS

Conselheiro para a Família Salesiana e a comunicação social

O art. 41 dos Reg. Gerais apresenta, de maneira sintética, o Boletim Salesiano, apontando-lhe as principais características e finalidades e pondo em evidência o empenho da Congregação em sua publicação e divulgação. Lemos:

“O Boletim Salesiano, fundado por Dom Bosco, difunde o conhecimento do espírito e da ação salesiana, especialmente missionária e educativa.

Interessa-se pelos problemas dos jovens, encoraja a colaboração e procura despertar as vocações.

É, além disso, instrumento de formação e vínculo de unidade para os diversos grupos da Família Salesiana.

É redigido em várias edições e línguas, conforme as diretrizes do Reitor-Mor e do seu Conselho”.

Querendo concretizar sempre mais plenamente o empenho que os Regulamentos confiam à Congregação Salesiana em relação à publicação e difusão do Boletim, o Conselho Geral refletiu sobre o artigo regulamentar, pondo em evidência as principais orientações.

Nesta nota recolho os pontos salientes da reflexão do Conselho, com algumas indicações apresentadas, úteis não só aos responsáveis da redação do Boletim, mas a todos os Salesianos empenhados em sustentar e difundir esta “revista de família”.

1. O Boletim Salesiano criação original de Dom Bosco

O ponto de partida para o aprofundamento das linhas que definem a fisionomia e as finalidades do Boletim Salesiano é cer-

tamente o pensamento de Dom Bosco, que foi seu ideador e fundador, como expressamente afirma o artigo em questão.

Nascido já em 1875 como “Bibliófilo Cattolico” ou “Boletim Salesiano mensal”, traz na capa, a partir do primeiro número de 1878, apenas o título “*Boletim Salesiano*”. No começo, Dom Bosco cuidou dele pessoalmente, para dar-lhe a orientação que tinha em mente, e também porque não tinha então ninguém a quem confiar esse trabalho. Sabemos que bem depressa confiou a responsabilidade da publicação a valiosos colaboradores (o primeiro Diretor foi o Pe. Bonetti), sempre, porém, de acordo com ele.

Pode ser útil lembrar algumas expressões de Dom Bosco, que definem bem a finalidade e o conteúdo do Boletim como ele o queria.

Por uma parte, ele vê a publicação particularmente destinada aos Cooperadores. Diz: É o companheiro fiel, o conferencista assíduo, o apóstolo incansável dos Cooperadores (cf MB XIII, 81). E ainda: É a alma da nossa Pia União (cf MB XIII, 265). No primeiro número (setembro de 1877), dirigindo-se aos Cooperadores, indica o escopo e o conteúdo: “dar conhecimento das coisas feitas ou por fazer, a fim de alcançar o fim que nos propusemos”. Sempre nessa linha, numa conferência aos diretores em 1875, diz: “Decidiu-se, para este fim, publicar um Boletim que será como o jornal da Congregação, porque são muitas as coisas que se deverão comunicar aos Cooperadores. Será um Boletim periódico, como um liame entre os Cooperadores e os irmãos salesianos...” (MB XIII, 81).

Por outra parte, Dom Bosco vê o Boletim como dirigido a um círculo maior de destinatários, a fim de interessá-los na obra dos oratórios para a juventude, estimulando-lhes a colaboração, também econômica. Dia 10 de agosto de 1877, falando com o Pe. Barberis, Dom Bosco afirma: “O fim do Boletim é tornar conhecidas as nossas coisas o mais que se puder e torná-las conhecidas no seu verdadeiro sentido. Isso nos servirá para obter auxílios, atraindo o afeto das pessoas às nossas instituições” (MB XIII, 260). No terceiro Capítulo Geral da Sociedade Salesiana (1883), Dom Bosco, falando do Boletim, diz ainda: “Uma coisa são os Cooperadores Salesianos, os quais são os nossos benfeitores, outra são os assinantes do Boletim como acontece com um jornal. O *Boletim* não é senão um meio para comunicar o conhecimento das nossas obras e unir os bons cristãos com um só espírito e fim...”

(MB XVI, 412). Interessante o diálogo entre Dom Bosco e Bartolo Longo: “Dom Bosco, diga-me seu segredo; como é que fez para conquistar o mundo”? “Querido advogado, aqui está meu segredo: mando o Boletim Salesiano a quem quer e a quem não quer” (MB XVII, 670).

O Boletim Salesiano dá, pois, diretrizes para os Cooperadores, sobretudo no início; mas depois assume caráter mais amplo: além do Cooperador, é endereçado ao “bom cristão” que se interessa pelo espírito salesiano e ajuda as obras salesianas.

Sobre a importância que Dom Bosco atribuía ao Boletim para sua obra, podemos recordar outras expressões de Dom Bosco. Chama-lhe: “Sustentáculo principal da Obra salesiana e de tudo quanto nos diz respeito” (MB XVII, 669). Liga o futuro da Obra salesiana ao Boletim: “A Sociedade Salesiana prosperará, se procurarmos apoiar e difundir o Boletim Salesiano” (MB XVIII, 645). Considera-o “não somente o meio principal, mas o necessário para a Congregação” (MB XVIII, 146). No terceiro Capítulo Geral, Dom Bosco afirma: “Se os governos não nos puserem dificuldades, o Boletim Salesiano tornar-se-á uma potência: não tanto por si mesmo, mas pelas pessoas que reunirá”.

2. Finalidade e destinatários do Boletim Salesiano

Partindo da primeira edição ideada por Dom Bosco, o Boletim Salesiano bem depressa atravessou as fronteiras do Piemonte e da Itália, difundindo-se pelo mundo juntamente com a Congregação Salesiana. Quando Dom Bosco ainda vivia, tiveram início as primeiras edições em língua não italiana: a edição francesa (fundada em Turim em 1879), a edição argentina (na Argentina em 1881), a edição espanhola (em Turim em 1886). As edições foram-se gradualmente multiplicando. Hoje o Boletim Salesiano é publicado em 35 nações e representa o órgão de imprensa que a Congregação considera prioritário para a comunicação salesiana dentro da Família Salesiana e nas relações com o mundo externo.

Podemos perguntar: que é hoje o Boletim Salesiano? Que finalidades colima? Que mensagem quer transmitir?

O art. 41 dos Regulamentos dá resposta a essas perguntas, pondo justamente em evidência as principais finalidades que os Salesianos hoje se propõem na publicação do Boletim, para serem

fiéis a Dom Bosco e, ao mesmo tempo, responder às urgências de hoje. Procuremos resumir brevemente essas finalidades.

Segundo o pensamento do Fundador, insiste-se em que o Boletim quer, antes de mais, *tornar conhecida a realidade salesiana*, enquanto parte viva da realidade eclesial e vitalmente inserida no agregado social (a realidade salesiana, por isso, dentro da Igreja e da sociedade). Pelo Boletim propomo-nos difundir o conhecimento do “espírito salesiano”, que caracteriza a vida e a missão da grande Família de Dom Bosco e, concretamente, da ação salesiana, especialmente nos seus campos prioritários: a educação da juventude e o empenho missionário.

A apresentação desta realidade, evitando aspectos puramente devocionais como também os tons triunfalistas, será a descrição fiel e agradecida do que Deus opera por meio dos salesianos na Igreja e para os jovens. O estilo da apresentação será o ditado pelos cânones de um bom jornalismo moderno.

O segundo parágrafo do artigo regulamentar sublinha um ponto particularmente significativo da mencionada realidade. Uma vez que a missão da Congregação e da Família Salesiana se volta prioritariamente para a educação e evangelização dos jovens, é claro que o Boletim se ocupa do *que interessa os jovens*, especialmente no que diz respeito aos problemas de sua formação humana e cristã.

Precisa-se, a este respeito, que o Boletim não tem caráter de revista de estudo ou pesquisa, mas é essencialmente um “Boletim” informativo; todavia o fato de interessar-se pelos problemas juvenis leva a tratar deles com referência à situação social e eclesial em que os jovens vivem (cf Const. 33) e a enfrentá-los com olhar amplo, oferecendo sólidos fundamentos baseados na experiência vivida e nas ciências da educação.

No âmbito dos problemas da educação dos jovens, o Boletim interessa-se de modo especialíssimo pela *orientação vocacional dos jovens*, dando indicações e apresentando aos educadores modelos de vida cristã consagrada missionária.

Outra importante finalidade do Boletim, que se prende também ao pensamento de Dom Bosco, como víamos, é indicada pelo terceiro parágrafo do artigo dos Regulamentos: ele é também “*um instrumento de formação e um vínculo de unidade para os vários grupos da Família Salesiana*”. Dentro, pois, da Família Salesiana,

o Boletim desenvolve não somente a tarefa de informação, mas também a da formação (no mesmo espírito) e da união.

Inserese aqui também o discurso de “despertar a colaboração”, de que fala o artigo: sabemos quanto Dom Bosco insistia numa participação, mediante o Boletim, de quanto acontece na Congregação e na Família Salesiana.

A partir das finalidades descritas, pode-se facilmente individuar os *destinatários* do Boletim Salesiano, aliás, já indicados com clareza pelo pensamento de Dom Bosco (cf n. 1). Mesmo reconhecendo a função particular que ele desenvolve dentro da Família Salesiana (como se dizia acima), o Boletim está *aberto a todos*, no sentido que é endereçado a todos os que (jovens e adultos) querem conhecer Dom Bosco, seu espírito e sua obra e estão disponíveis para colaborar nas mais diversas formas.

O fato de o Boletim ser endereçado a todos, à gente do povo, exige que o estilo e a forma que o distinguem seja tipicamente *popular e familiar*: isso se pode concluir também da reflexão sobre os artigos 6 e 43 das Constituições, que falam do papel que tem, junto aos salesianos, a comunicação social para a evangelização do povo. Falando de linguagem, pode-se também lembrar que ela se inspira em Dom Bosco, o qual sabe tratar os temas de caráter educativo e social com um sentido claro de Deus, mas também com um estilo “laical”, próprio do cidadão cristão.

3. Responsabilidade do Reitor-Mor e do seu Conselho

O último parágrafo do art. 41 dos Reg. Gerais destaca a especial responsabilidade que cabe ao Reitor-Mor com o seu Conselho quanto à redação do Boletim, a fim de que ele possa atingir, nas várias situações, os escopos queridos por Dom Bosco. Deve-se observar a especificação trazida ao texto pelo CG22, indicando explicitamente que o cuidado do Reitor-Mor e do Conselho Geral se estende a todos os Boletins publicados no mundo “*em várias edições e línguas*”. Isso corresponde à história salesiana: com efeito, Dom Bosco e os seus Sucessores sempre consideraram o Boletim como portador de uma mensagem de unidade e, para tanto, o acompanharam com cuidado especial (lembremos que por muito tempo o Boletim, embora em diversas línguas, era impresso em Turim).

Reconhecido este princípio geral de responsabilidade, é preciso sublinhar o vínculo particular que liga o *Boletim em língua italiana* ao Reitor-Mor e ao seu Conselho: pelo fato de nascer no centro mesmo da Congregação, ele esteve sempre mais diretamente dependente do Conselho Geral, mesmo sob o aspecto econômico, e foi considerado como modelo e instrumento também para as outras edições. Isso implica evidentemente um empenho específico por parte dos Superiores para a edição italiana do Boletim.

Pode-se, aqui, fazer duas perguntas: como é exercida a responsabilidade dos Superiores quanto ao Boletim? E sucessivamente: como garantir uma união entre os diversos Boletins?

Como resposta à primeira pergunta, afirma-se que o Reitor-Mor e o Conselho Geral exercem sua responsabilidade *normalmente através do Conselheiro para a Família Salesiana e a comunicação social*: há, pois, uma referência entre o Boletim Salesiano e o Dicastério da Família Salesiana e da comunicação social, referência que evidentemente leva em consideração as características próprias do Boletim como órgão de imprensa e instrumento de unidade da Família Salesiana.

Concretamente deve-se distinguir: o Diretor do Boletim Salesiano em língua italiana depende diretamente do Reitor-Mor, através do Conselheiro para a Família Salesiana e a comunicação social. No que se refere, porém, às demais edições dos Boletins, além da mencionada relação com o Conselheiro para a Família Salesiana e a comunicação social, *também os Inspetores ou as Conferências Inspetoriais têm uma responsabilidade*, em nível local, que exercem em nome do Reitor-Mor: deve-se, pois estabelecer uma constante ligação dos Diretores dos Boletins com os Inspetores e com as Conferências Inspetoriais.

Quanto ao segundo problema, para cultivar os valores de unidade e garantir uma ligação entre as diversas edições dos Boletins (em particular da edição italiana com as outras), o Dicastério para a Família Salesiana e a comunicação social empenha-se em assistir e animar os Diretores dos Boletins no mundo com oportunos contatos e reuniões. Estudar-se-á também o modo de oferecer subsídios (repensando eventualmente no *dossiê Boletim* que existia tempos atrás) para propor conteúdos, que ajudem a consecução das finalidades do Boletim. Neste quadro se poderá também estudar a função de ANS que — ao menos para alguns campos — poderia também ter a função de união e subsídio.

4. Diretor do Boletim Salesiano e Comissão de redação

Figura importante para a consecução das finalidades propostas pelo art. 41 dos Reg. é certamente a do *Diretor do Boletim*, que é chamado a coordenar o trabalho dos colaboradores quer pela escolha dos conteúdos quer pelos aspectos propriamente redacionais. Gozando embora de responsabilidade e autonomia própria, o Diretor do Boletim sabe que é chamado para dirigir um instrumento de informação e de animação, que os Regulamentos salesianos confiam em primeiro lugar à responsabilidade do Reitor-Mor e do Conselho Geral. Tendo consciência de sua delicada tarefa, ele age sempre de entendimento com o Superior (Conselheiro para a Família Salesiana e comunicação social e Inspetor) a fim de encontrar os melhores caminhos para divulgar o conhecimento do espírito e da ação salesiana.

Dada a importância quer da mensagem a ser transmitida quer das técnicas com que transmiti-la eficazmente, a opção do Diretor do Boletim reveste-se de particular importância. É preciso que o Diretor tenha capacidade de comunicador e adequada formação jornalística, mas, sobretudo, seja uma personalidade autenticamente salesiana, experto nos elementos de "salesianidade" que as Constituições indicam ser característicos dos salesianos para a sua inserção na Igreja como apóstolos dos jovens. Em particular: ele deve sentir-se profundamente evangelizador dos jovens, especialmente dos mais pobres (cf Const. 41), solidário com o mundo e a sua história (cf Const. 7). É chamado a ter o sentido do concreto e a estar atento aos sinais dos tempos (cf Const. 19), para um projeto de promoção integral do homem orientado para Cristo, homem perfeito (cf Const. 31). O Boletim Salesiano depende muito do espírito de iniciativa do Diretor (cf Const. 19), que deve unir criatividade e equilíbrio, como o Fundador (cf Const. 19).

Vê-se, pois, que o Diretor do Boletim tem um papel muito importante, e, na verdade, muito trabalho pesa sobre ele; mas, admitido isso, sublinha-se o fato que ele deve saber-se fazer ajudar, rodeando-se de bons colaboradores.

A esse respeito reconhece-se a oportunidade de que todos os Boletins tenham uma *Comissão (ou Conselho) de redação*, que ajude o Diretor na sua tarefa de coordenação e animação. Tal Comissão de redação será escolhida, para a edição italiana, pelo Conselheiro para a Família Salesiana e a comunicação social, de

acordo com o Diretor do Boletim; para as outras edições, pelo Inspetor interessado, de acordo com o Diretor do Boletim. A função mais importante da Comissão de redação será a de cuidar do planejamento redacional geral e de avaliá-lo periodicamente; ele ajudará, além disso, a escolher bem os redatores e os colaboradores. No que respeita a cada número do Boletim, será oportuno que o Diretor, antes da impressão, ponha-se de acordo, para a redação definitiva do manuscrito, com o Conselheiro ou o Inspetor responsável.

Uma última nota refere-se à promoção e divulgação do periódico e os vários aspectos organizativos e financeiros: eles dependem dos responsáveis pela administração, com os quais colabora estreitamente o Diretor do Boletim.

Como conclusão das indicações, quer de princípio quer de organização, sugeridas pela leitura do art. 41 dos Regulamentos, deseja-se, não só nos responsáveis mas em todos os salesianos, uma ação viva para que o Boletim seja deveras instrumento de conhecimento do espírito e da obra salesiana que Dom Bosco quis.

4. ATIVIDADES DO CONSELHO GERAL

4.1 Crônica do Reitor-Mor

Assim que terminou a sessão plenária do Conselho Geral, o Reitor-Mor visitou, no decorrer de um mês, os irmãos de três nações da América Latina: Chile, Bolívia, Peru. Celebração muito significativa, em diversos lugares, foi a entrega das Constituições renovadas: um evento comunitário revestido de solenidade e interioridade.

Deixando Roma em 27 de julho, foi primeiramente a Santiago (Chile). Aí, além do programa de animação salesiana, teve empenhos com a Universidade Católica que, celebrando os 50 anos da Faculdade de Teologia, havia programado uma série de conferências dadas pelos ex-decanos. O Pe. E. Viganó desenvolveu o tema "Teologia e vida religiosa após o Vaticano II", e teve também um encontro-debate com professores e alunos da Faculdade. Os Bispos do Chile, reunidos nos mesmos dias em Santiago, aproveitaram da sua presença, convidando-o a manter com eles uma conversa sobre "Uma visão teológico-pastoral sobre os vinte anos de aplicação do Concílio Vaticano II", com vistas ao próximo Sínodo extraordinário.

Na Bolívia, de 7 a 15 de agosto, foi às regiões de Santa Cruz, Cochabamba e La Paz, visitando cidades e centros de missão (Sagrado Corazón, San Carlos, Escoma).

Percorreu, por fim, várias regiões do Peru: Lima e arredores, Piura, Cusco (onde se reuniram os salesianos de Arequipa, Ayacucho e os que trabalham nas missões do Valle Sagrado), Huancayo (onde

deu a bênção ao novo aspirantado para Coadjuutores).

Como de hábito nessas viagens, manteve contatos de animação com FMA, VDB, Filhas dos SS. CC. (Pe. Variara), Irmãs da Caridade de Miyazaki, Cooperadores, Ex-alunos, e esteve com Núncios Apostólicos, Cardeais e Bispos. Dia 24 de agosto voltou a Roma.

Dia 8 de setembro esteve em Turim para receber, na Basílica de Maria Auxiliadora, as primeiras profissões dos noviços de Monteoliveto. De 13 a 15 do mesmo mês foi a Dublin (Irlanda) para o Eurobosco; e de 25 a 29 na Alemanha, para o "Symposium Integration" de Schönstatt: "desafio para uma cultura do terceiro milênio".

4.2 Crônica do Conselho Geral

De 4 de junho a 26 de julho de 1985 realizou-se a sessão plenária do Conselho Geral: todos os Conselheiros se reencontraram, após as visitas de animação às Inspetorias, que os empenharam por diversos meses, para uma avaliação dos objetivos propostos na sessão anterior e para o aprofundamento de temas referentes ao governo da Congregação.

Como sempre, a o. d. d. das reuniões foi bem rica. Com efeito, ao lado do exame de problemas das comunidades inspetoriais e locais, foram tratados diversos argumentos de interesse geral para a vida e a missão da Congregação e da Família Salesiana.

No primeiro grupo de temas (*governo e animação das Inspeto-*

rias e comunidades locais) destacam-se em particular os seguintes pontos, mais significativos.

— a nomeação dos Inspectores de cinco Inspeções (cf. 5.2 “Novos Inspectores”), após atenta avaliação dos resultados das consultas e um discernimento sobre as pessoas propostas;

— a avaliação das *Visitas extraordinárias* às Inspeções feitas pelos Conselheiros Regionais de janeiro a maio de 1985 (Inspeções de Córdoba-Argentina, Grã-Bretanha, Itália Central, Itália-Verona, México-Guadalajara, Polónia Sul, Portugal, Espanha-Bilbau, Tailândia): a apresentação do relatório por parte dos Regionais estimulou o confronto no Conselho Geral, levando à indicação de alguns pontos apresentados ao Reitor-Mor para a sua carta conclusiva;

— a nomeação de numerosos Conselheiros inspetoriais e o exame de outros assuntos referentes a Casas ou pessoas (assinala-se a ereção canónica de 14 Casas novas e o fechamento de 3).

Tempo notável de reflexão e aprofundamento foi dedicado ao segundo grupo de argumentos, de carácter mais geral. Aqui, os mais importantes:

1. *Capítulos inspetoriais de 1986: estudo do “Diretório inspetorial”*. O Conselho Geral dedicou várias reuniões à reflexão sobre os próximos capítulos inspetoriais, previstos para 1986, aos quais o CG22 já indicou o tema fundamental, isto é, o aprofundamento das Constituições e Regulamentos com os empenhos que deles derivam (cf. CG22 n. 2). Observou-se ser oportuno que cada Capítulo Inspeccional tome em consideração particular o que as Constituições e Regulamentos deixam para o “Dire-

tório inspetorial”; o Conselho Geral precisou o sentido do Diretório inspetorial, estudou-lhe a natureza e a matéria, elaborando um documento que está publicado neste número dos ACG pelo Vigário do Reitor-Mor. (cf. 2.1).

2. *Regulamento da Associação dos Cooperadores Salesianos*. Tendo em vista o próximo Congresso Mundial dos Cooperadores Salesianos preparou-se — numa comissão *ad hoc* e com a contribuição vinda da própria Associação — um “esboço”, contendo as propostas para a revisão do Regulamento dos Cooperadores. O Conselho Geral, pela responsabilidade específica confiada ao Reitor-Mor sobre a aprovação do Regulamento, dedicou algumas sessões ao exame do referido esboço, dando as próprias contribuições de estudo para uma redação definitiva, mais rica e salesiana.

3. O *Boletim Salesiano*. Em duas sessões sucessivas examinou-se a fundo o art. 41 dos Regulamentos Gerais, referentes ao Boletim Salesiano, para mais plena aplicação. Em particular estudaram-se as finalidades que o Boletim se propõe, seus destinatários e o enfoque desejado; considerou-se atentamente a responsabilidade atribuída ao Reitor-Mor e ao seu Conselho, quer para a edição italiana quer para as numerosas edições em outras línguas; enfrentaram-se problemas concretos sobre a figura dos Diretores do Boletim Salesiano e dos colaboradores. Também esse tema produziu um pequeno documento, publicado pelo Conselheiro para a Família Salesiana e a comunicação social (cf. 2.3).

4. *Comissão 1988*. Prosseguindo no trabalho iniciado em sessões anteriores, a “Comissão 1988” acertou algumas iniciativas que se

apresentam a nível mundial para o centenário da morte de Dom Bosco em 1988. De tais iniciativas procurar-se-á interessar os Inspetores e as Conferências inspetoriais para o que lhes cabe.

5. *Avaliação das atividades dos Dicastérios.* A luz da programação estabelecida no início do sexênio, cada um dos Conselheiros interessados apresentou um relatório sobre o trabalho desenvolvido pelo

próprio Dicastério e dos principais problemas: pôde-se assim fazer uma avaliação e dar novas linhas de orientação para o futuro.

A sessão plenária encerrou-se dia 26 de julho, festejando o nosso Reitor-Mor, que celebrava seu aniversário. Como sempre, as sessões foram enriquecidas por momentos de oração (sábado, 6 de julho, fez-se o retiro de um dia em Frascati) e pela fraternidade.

5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

5.1 Decreto sobre a heroicidade das virtudes do Servo de Deus Pio IX

Carta do Reitor-Mor ao Sumo Pontífice

Por ocasião da promulgação do Decreto sobre as virtudes heróicas do Servo de Deus Pio IX, o Reitor-Mor enviou ao Santo Padre uma carta, na qual exprime o pensamento agradecido dos Salesianos: "na história das nossas origens, Pio IX aparece direta e intrinsecamente ligado ao carisma de fundação da Família espiritual de Dom Bosco".

Aqui reproduzimos o texto da carta do Reitor-Mor.

Roma, 26 de julho de 1985

A Sua Santidade
João Paulo II
Romano Pontífice
Cidade do Vaticano

Beatíssimo Padre,

a promulgação do Decreto sobre as virtudes heróicas do Servo de Deus Pio IX (João Maria Mastai Ferretti), Sucessor de Pedro de 16 de junho de 1846 a 7 de fevereiro de 1878, encheu de alegria e gratidão nosso coração de Salesianos de Dom Bosco.

Os longos 32 anos do pontificado de Pio IX, marcados por complexas transformações sociais e culturais e pelas penosas vicissitudes dos Estados pontifícios, costumam

ser julgados mais de uma ótica sócio-política do que à luz da história da salvação. O Decreto, à distância de pouco mais de um século, ajuda-nos a escolher melhor nosso ângulo de observação e a apreciar o ministério de Pio IX no âmbito do seu profundo sentido de Deus.

Depois do seu Pontificado, a Igreja mostrou-se mais autêntica e mais forte internamente; com ele inaugurou-se uma série de Papas contemporâneos, que deram uma dimensão particularmente vital e socialmente incisiva à cátedra de Pedro; fortaleceu-se o sentido da fé para além da racionalidade iluminista; cresceu a consciência da Igreja universal acima dos ameaçadores perigos de provincialismo precisamente mediante o ministério da unidade na comunhão por parte do Bispo de Roma.

O papel magisterial de Pio IX, ainda que mais de uma vez ingratuito em virtude da complexidade das opiniões da época, teve uma incisividade histórica de fecunda projeção na vida do Povo de Deus, sobretudo mediante a proclamação do dogma mariano da Imaculada Conceição e do dogma eclesial da infalibilidade do Romano Pontífice.

É notável o impulso dado, durante seu pontificado, à expansão missionária, e o esforço corajoso e constante para o crescimento da Vida religiosa na Igreja, quer com a renovação dos Institutos já existentes, quer com o nascimento de novos.

É nessa esfera da vida evangélica que nós Salesianos nos sentimos particularmente agradecidos: Pio IX é o Pontífice das nossas origens, não apenas como espectador, mas como direto, sábio, autorizado e inventivo inspirador na determinação da originalidade da índole própria quer da Sociedade de S. Francisco de Sales, quer do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora e da Associação dos Cooperadores. O próprio Dom Bosco, escrevendo a Pio IX em 1.º de março de 1873 para pedir a aprovação das Constituições salesianas, iniciava sua carta com esta afirmação significativa: "Beatissime Pater, Societas Salesiana, quam Tu, beatissime Pater, opere et consilio fundasti, direxisti, consolidasti".

Na história das nossas origens, Pio IX aparece direta e intrinsecamente vinculado ao carisma de fundação da Família espiritual de Dom Bosco.

Quando o jovem sacerdote Mastai Ferretti partia de Gênova para sua longa e aventureira viagem ao Chile (como membro de uma Delegação Pontifícia) o então cardeal Lambruschini escrevia a respeito dele: "Deus trabalha muito naquele coração puríssimo e nele derrama em torrentes o fogo vital da caridade celeste".

E quando o idoso Pontífice falecia, Dom Bosco de Roma (onde se achava havia algum tempo) escrevia no mesmo dia de sua morte a Mons. Eduardo Rosaz, preconizado bispo de Susa: hoje extinguiu-se o "sumo e incomparável astro da Igreja, Pio IX... Dentro de brevíssimo tempo estará certamente nos altares". Eis a expressão espontânea de um amigo santo que, por um conhecimento conatural, percebe-lhe a heroicidade das virtudes com uma intuição sintética de toda a sua existência.

Queira aceitar, Beatíssimo Padre, o agradecimento exultante e vivo da Família Salesiana pela aprovação desse Decreto que abre o caminho dos altares a um Seu predecessor, tão eminente no testemunho da caridade pastoral, longamente exercida no ministério de Pedro.

Pedimos ao Servo de Deus Pio IX que interceda generosamente pela Igreja, pelo Colégio episcopal e pelo seu Chefe, o Romano Pontífice, por todos os Institutos de vida consagrada hoje empenhados na renovação evangélica, e por esta nossa humilde Família Salesiana.

Com devoto respeito e filial gratidão no Senhor,

Pe. Egídio Viganò

Em resposta à carta do Reitor-Mor chegou a seguinte carta de Dom E. Martinez, Substituto junto à Secretaria de Estado.

Vaticano, 6 de agosto de 1985

Rev.mo Senhor,

chegou às mãos do Santo Padre a devota carta de 26 de julho p. p., com a qual o senhor quis exprimir-lhe, também em nome de todos os membros da Sociedade Salesiana de São João Bosco, calorosos sentimentos de gratidão pela promulgação do recente Decreto sobre as virtudes heróicas do Servo de Deus Pio IX.

Cumpro o venerado encargo de significar-lhe que Sua Santidade acolhe com sincero apreço esse significativo atestado de obséquio, ao qual de boa mente corresponde, desejando para o senhor e para toda a Família Salesiana copiosos favores celestes, valorizados pela propiciadora Bênção Apostólica.

Aproveito de boa mente a circunstância para confirmar-me com sentido de distinta estima,

dev.mo no Senhor

E. Martinez, Subst.

5.2 Novos inspetores

Na sessão plenária do Conselho Geral de junho-julho de 1985 foram nomeados os inspetores das Inspetorias aqui relacionadas.

1. *BRECHEISEN August, inspetor de Munique (Alemanha).*

Nascido em Obergessertshausen, na Baviera, em 15.6.1927, fez o Noviciado salesiano em Ensдорf, onde emitiu a primeira profissão dia 15.8.1953. Ordenado sacerdote em Benediktbeuern em 29.6.1963, foi chamado a dirigir a comunidade de Munique, S. Francisco de Sales, de 1969 a 1978. Conselheiro inspetorial por diversos anos, foi nomeado, em 1978, diretor em Benediktbeuern, onde ficou até à nomeação para inspetor da Inspetoria de Munique em 1979. Depois de um sexénio de guia pastoral, foi em 21.6.85 confirmado inspetor da mesma inspetoria do Sul da Alemanha.

2. *BRIONES Juan Antolín, inspetor de Córdoba (Argentina).*

Nascido em Baños de Valdearados (Prov. de Burgos, Espanha) em 7.6.1935, aspirante em Baracaldo desde 1946, professou na Sociedade Salesiana em Los Condores (Argentina) dia 26.1.1953, e, depois das primeiras experiências salesianas e o currículo de estudos, foi ordenado presbítero em Córdoba (Argentina) dia 26.11.1961. Além

dos diversos encargos de animação, lembra-se o ministério de Diretor exercido em Córdoba, S. Antonio, de 1974 a 1980, e sucessivamente em Tucuman, S. Miguel. Desde 1981 era Vigário do Inspetor. Em julho deste ano foi nomeado inspetor da Inspetoria de Córdoba.

3. *SANTOS Hilário, inspetor de Bilbao (Espanha).*

Nascido em Salamanca (Espanha) em 3.6.1942, fez a primeira profissão salesiana em Mohernando em 1958 e foi ordenado padre em Salamanca dia 3 de março de 1968. Por vários anos trabalhou como animador e professor; em 1983 foi chamado a dirigir a Casa salesiana de Urnieta, Colégio, e em 1985 a de Pamplona. Desde 1984 era membro do Conselho inspetorial. Em junho de 1985 foi nomeado inspetor da Inspetoria de Bilbao.

4. *SPERA Ilario, inspetor da Inspetoria Romana (Itália).*

Nasceu em Paliano (Frosinone) em 25.12.1933. Aspirante em Gaeta desde 1947, fez a primeira profissão em Varazze em 1953; dia 6 de abril de 1963 era ordenado padre em Roma. Eleito para o Conselho inspetorial de Roma em 1976, foi por vários anos encarregado da pastoral juvenil e vocacional. Em 1980 foi nomeado Diretor do Instituto Pio XI em Roma, cargo que ocupava ao ser eleito Inspetor da Inspetoria Romana.

5. *VIGANÓ Angelo, inspetor da Inspetoria Central (Itália).*

Nascido em Sondrio em 31.3.1923, após o Noviciado em Montodine, fez a primeira profissão em 1939; foi ordenado sacerdote em Treviglio em 21.5.1950. Laureado em Letras, foi professor e animador

em diversas Casas da Inspetoria Lombardo-Emiliana; em 1960 foi chamado ao cargo de diretor de Milão, "S. Ambrogio"; sucessivamente, de 1966 a 1975, foi nomeado inspetor da Inspetoria Lombardo-Emiliana, cargo que ocupou até 1981; em seguida foi diretor do pós-noviciado de Nave (BS). Em junho deste ano foi eleito inspetor da Inspetoria Central de Turim.

5.3 Bispos Salesianos

Transferências e promoções dos nossos Bispos Salesianos, determinadas pelo Santo Padre nos últimos meses.

1. Dom Fernando LEGAL

Bispo de Itapeva desde 1980, foi em 9 de maio de 1985 transferido para a diocese de Limeira.

2. Dom José GOTTARDI

Bispo Auxiliar de Montevidéu desde 1975, foi em 5 de junho de 1985 promovido para a mesma sede metropolitana de Montevidéu. Dia 29 de junho de 1985 recebeu do Sumo Pontífice na Basílica de São Pedro o pálio como sinal da dignidade de metropolitano.

3. Dom José Vicente HENRIQUEZ

Bispo titular de Regiana e Auxiliar em Barinas desde 1980, foi, durante o ano de 1984, eleito Secretário da Conferência Episcopal da Venezuela; agora foi eleito também Auxiliar na sede de Caracas.

4. Dom Emílio VELLEBUONA

Bispo em Huaraz (Peru) desde 1975, dia 4 de setembro de 1985 foi promovido para a sede metropolitana de Huancayo (Peru).

5.4 Sessenta anos de sacerdócio do Pe. Luís Ricceri

O Pe. Luís Ricceri, Reitor-Mor emérito, VI Sucessor de Dom Bosco, celebrou sessenta anos de Ordenação Sacerdotal. Dia 19 de setembro de 1985, na Basílica do Sagrado Coração em Roma, uniram-se a ele, numa solene concelebração eucarística, o Reitor-Mor, Pe. E. Viganó, com os membros do Conselho Geral (os presentes em Roma e diversos dos colaboradores mais próximos do Pe. Ricceri nos anos do seu reitorado), vários Inspetores e numerosos Salesianos (mais de cem os concelebrantes), FMA VDB, Cooperadores, ex-alunos e amigos da obra salesiana. Com sua presença quiseram exprimir um sinal de afeto e dar um sentido eclesial os Ex.mos Cardeais R. Silva Henríquez, R. Castillo Lara e A. Stickler e os Ex.mos Bispos Dom J. Resende Costa, Dom A. Javierre Ortas e Dom D. Amoroso; estavam presentes também, como sinal de grande amizade, o ministro do Interior do Governo italiano, Oscar Scalfaro e o senador José Alessi.

Na homilia, o Reitor-Mor P. E. Viganó tratou brevemente dos 60 anos de sacerdócio (e 70 de vida salesiana) do Pe. Ricceri, enquadrando-o na realidade do Sacerdócio de Jesus Cristo, que trouxe aos homens a novidade do amor, e na luz do carisma de Dom Bosco, ao qual o seu VI Sucessor serviu com fidelidade e vigor pleno de iniciativas. Lembrados os tempos difíceis em que o Pe. Ricceri exerceu o serviço da autoridade, o Reitor-Mor evidenciou em particular os empenhos nos quais "lançou" a Congregação para uma resposta adequada às necessidades de hoje: a valorização da Família Salesiana (de modo especial o Pe. E. Viganó lembrou a contribuição dada para

o novo Instituto secular das VDB), a comunicação social, a maior universalidade da Congregação (entre outras coisas com a transferência da Casa Geral para Roma), e sobretudo o enfoque no Capítulo Geral Especial do trabalho de revisão da identidade e da missão salesiana para responder ao Vaticano II. Tudo isto convida a um grande ato de agradecimento: e é bonito que isto aconteça precisamente na Basílica do Sagrado Coração, onde Dom Bosco, no fim da vida, compreendeu o sentido profundo do chamado recebido de Deus.

O tema do agradecimento (um obrigado em nome de Dom Bosco e por meio de Dom Bosco) esteve também no centro das palavras do Pe. Luís Ricceri ao fim da Eucaristia, que foi vivida com viva participação e num clima de intimidade espiritual.

A mesa fraterna, que se seguiu à celebração eucarística, foi um momento de verdadeira família e de alegria salesiana.

Apresentamos, ao fim desta nota, o texto do telegrama enviado ao Reitor-Mor por S. S. João Paulo

II, no qual bem se resumem os motivos da festa salesiana e sacerdotal de família.

Ao Reverendo Pe. Egídio Viganó
Reitor-Mor da Sociedade Salesiana
de São João Bosco
Via della Pisana, 1111
00163 ROMA

Ao Reverendo Pe. Luís Ricceri Reitor-Mor emérito da Sociedade Salesiana, que celebra em serena alegria o sexagésimo aniversário da sua Ordenação Presbiteral, dirijo ferventes votos por essa significativa ocorrência e enquanto exprimo sincero apreço pelos seus longos anos de fiel e fecundo serviço eclesial em particular como Sucessor de Dom Bosco na guia sábia e de larga visão desse benemérito Instituto, invoco de Cristo sumo e eterno Sacerdote, pela materna intercessão de Maria Santíssima Auxiliadora, nova e grande efusão de graças e confortos celestes, em penhor dos quais envio-lhe de todo o coração a implorada bênção apostólica, que de boa mente estendo ao senhor, Reverendo Reitor-Mor, aos presentes à solene Concelebração e a todos os salesianos dispersos pelo mundo.

IOANNES PAULUS PP. II

5.5 Solidariedade fraterna

(46.º relatório)

a) INSPETORIAS QUE ENVIARAM OFERTAS**AMÉRICA LATINA**

América Central (San Salvador)	5.264.875
Argentina (Córdoba)	1.925.000
Argentina (Rosário)	3.500.000
Brasil (Belo Horizonte)	630.000
Chile (Santiago)	3.084.000

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos (Nex Rochelle)	9.900.000
Estados Unidos (San Francisco)	29.592.500

ÁSIA

Índia (Bangalore)	2.500.000
Índia (Bombaim)	151.600.000
Índia (Calcutá)	2.500.000
Índia (Dimapur)	1.000.000

EUROPA

Bélgica Norte	18.299.500
Itália (Romana, Testaccio)	500.000
Itália (Vêneta Este - Udine)	4.000.00
Holanda	1.036.000
N. N.	8.000.000

b) INSPETORIAS BENEFICIADAS**AMÉRICA LATINA**

Antilhas - Moca: para terminar a casa	20.000.000
--	------------

Antilhas - Jarabacoa:
instrumentos musicais 10.000.000

Argentina - Rosario -
Funes - para um
"minibus" 29.400.000

Bolívia - Cochabamba-
Las Villas: para
a residência e para
o templo em
Villa Mexico 10.000.000

Brasil - Manaus -
Domingos Sávio:
para ampliação
da biblioteca 4.000.000

Brasil - São Paulo -
Bom Retiro: para a
escola técnica 10.000.000

América Central - San
Pedro Carchá:
contribuição despesas
imprensa 10.000.000

América Central -
Nicarágua:
necessidades das
obras 30.000.000

Colômbia - Medellín -
Popayan: biblioteca
e audiovisuais 9.000.000

México - México -
Ayutla - Mixes:
instrumentos musicais 10.000.000

Peru - Lima - Calca:
reestruturação da
paróquia, curso
catequético, ajuda
paróquia lares 20.000.000

Uruguai - Montevideu:
contribuição para o
Boletim Salesiano 10.000.000

ÁSIA

Índia - Dimapur -
Senapati: audiovisuais
para catequese 2.897.240

Índia - Gauhati - Shillong
Technical School:
para um "Intertype" 7.000.000

Índia - Gauhati-Bengtol: para um Landrover '99	8.000.000	EUROPA	
Índia - Gauhati - Rangblang: para uma capela	6.000.000	Oriente Médio - Belém: para novas iniciativas inspetoriais	5.000.000
Índia - Madrasta - Citadel: contribuição para a revista "Friends"	8.500.000	Portugal - Mirandela: uma ajuda à obra	20.000.000

5.6 Irmãos falecidos (1985 — 3.ª lista)

"A fé em Cristo ressuscitado sustenta a nossa esperança e mantém viva a comunhão com os irmãos que repousam na paz de Cristo. Consumiram a vida na Congregação, e não poucos sofreram até mesmo o martírio por amor do Senhor... Sua lembrança é estímulo para continuarmos com fidelidade nossa missão" (Const. 94).

NOME	LUOGO E DATA della morte	ETÀ	ISP.
L ACETO Cecilio	Santiago	9-06-85	81 CIL
P AMERIO Franco	Torino	21-07-85	79 ISU
P CARBONE Michele	Rimini (FO)	28-07-85	75 IAD
P CASTENETTO Nivardo	Mogliano Veneto	13-07-85	56 IVE
L COELMONT Antoon	Bonheiden	4-09-85	62 AFC
P COGONI Mario	Haifa	17-06-85	58 MOR
D CONTARATO Fortunato	Monteortone (Padova)	9-07-85	88 IVO
P CORNELIS René	Leuven	30-06-85	73 BEN
P FABRIS Giovanni	Mestre (VE)	27-06-85	80 IVE
P FORESTAN Antonio	Gorizia	11-07-85	78 IVE
P GIACOMELLO Giovanni	Legnago (Verona)	26-06-85	73 INB
P HALNA Jean-Baptiste	La Crau	25-08-85	80 FLY
L HEALY Maurice	Limerick	10-06-85	66 IRL
S KARAPARAMBIL Pinto	Siliguri (India)	16-08-85	18 INK
L LETSCH Heinrich	Regensburg	21-07-85	82 GEM
P LUIS Mendez José	Bahía Blanca	21-07-85	93 ABB
P MAYORAL Carreño E.	Santo Domingo	11-07-85	55 ANT
P MCGINTY Patrick	Dublin	10-07-85	67 IRL
P MICHE Enrique	Bahía Blanca	19-08-85	90 ABB
P MINOZZI Alfredo	Terni	3-08-85	75 IAD
P NIELSEN Carlos	Tegucigalpa (Honduras)	17-08-85	79 CAM
L ODORETTI Gabriel	Buenos Aires	16-07-85	62 ALP
L OSES Luciano	Barcelona	19-08-85	55 SBA
P PACIFICO Michele	Napoli	8-09-85	71 IME
L PICCHIONI Mauro	Varazze	14-07-85	78 ILT
P PIUZZI Abel	San Ambrosio	26-06-85	67 ACO
P PODZIANO Alfonso	Eugenio Bustos	28-03-85	69 ACO
P PURDON Michael	Dublin	19-06-85	81 IRL
P SARTORIO Emilio	Nizza Monferrato (AT)	17-07-85	69 INE

NOME	LUOGO E DATA della morte	ETÀ	ISP.
L SETTI Guido	Darfo (BS)	23-07-85	74 ILE
L SOLER Anglada José	Barcelona	1-08-85	87 SBA
P STACIUK Nicolas	Buenos Aires	22-08-85	64 ARO
P TEULF Franz	Linz	25-08-85	81 AUS
L TINTI Vito	Torino	8-07-85	75 ISU
P VALLE Ortiz Joaquin	Huesca	7-09-85	59 SBA
P VECCHIETTI Renzo	Vasto (Chieti)	20-07-85	75 IAD
P VIVES Jaime	Barcelona	8-06-85	58 SBA
L WILKINSON Reginald Thomas	Battersea (London)	4-08-85	83 GBR
P ZOTTI Erasmo	Noci (Bari)	9-09-85	74 IME

Composto e impresso nas
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua da Mooca, 766 (Mooca)
Fone: 279-1211 — P. A. B. X.
Telex: (011) 32431 ESPS BR
Caixa Postal 30.439
SÃO PAULO